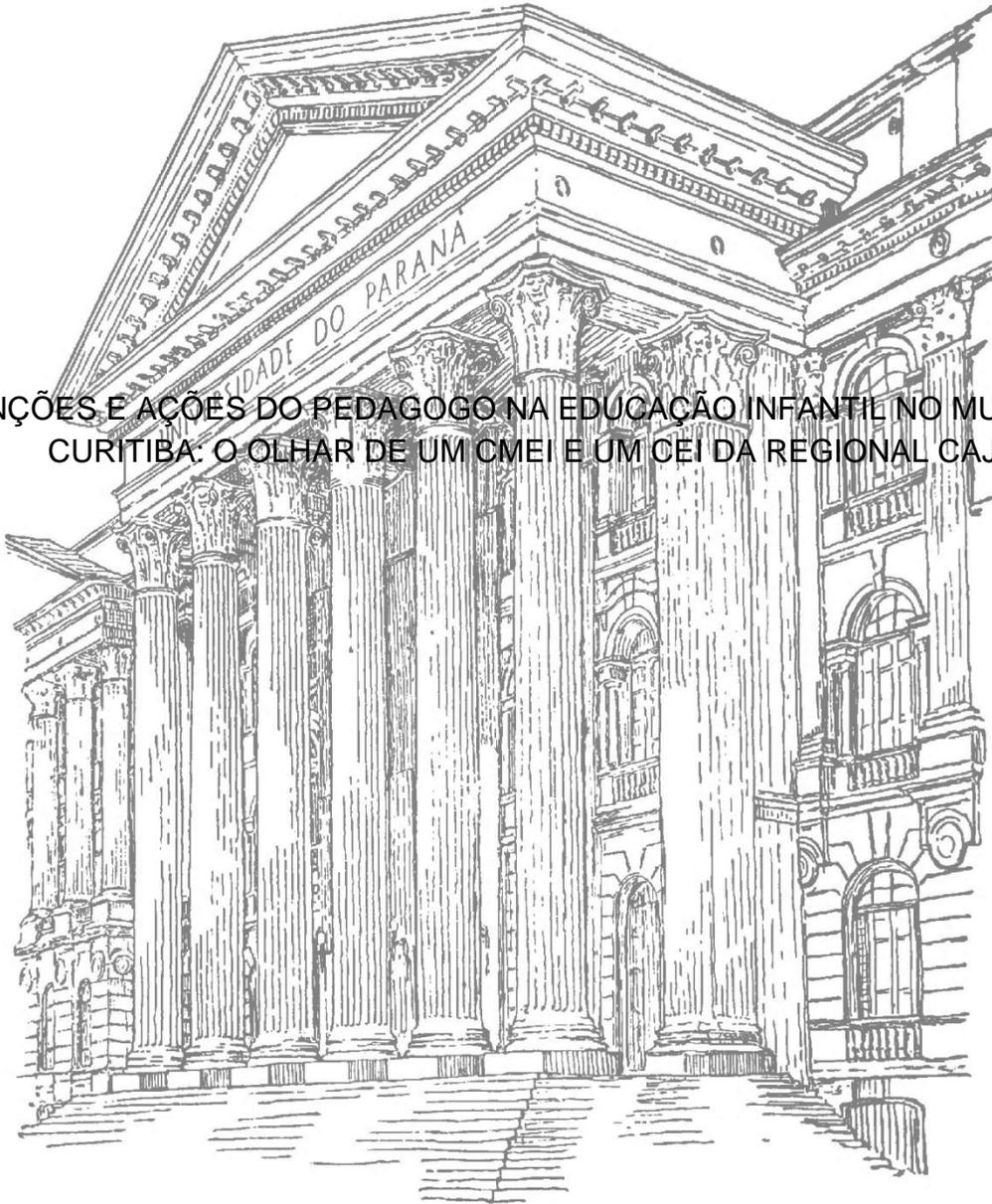


JAQUELINE MAAS
JULIANE REMBIS COSTA GOLINELLI

FUNÇÕES E AÇÕES DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
CURITIBA: O OLHAR DE UM CMEI E UM CEI DA REGIONAL CAJURU



CURITIBA
2014

JAQUELINE MAAS
JULIANE REMBIS COSTA GOLINELLI

FUNÇÕES E AÇÕES DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
CURITIBA: O OLHAR DE UM CMEI E UM CEI DA REGIONAL CAJURU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Pedagogo, no Curso de Licenciatura em
Pedagogia, Setor de Educação, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Catarina Moro

CURITIBA
2014

Dedicamos este trabalho a todos que de alguma forma contribuíram para a sua construção.

A todos os educadores que por nossas vidas passaram.

Aos que acreditam na educação como possibilidade de transformação e nela depositam suas esperanças.

Em especial às nossas famílias por todo amor e afeto.

Eu, Juliane dedico este trabalho aos meus queridos filhos Juliano e Valentina que me completam e dão sentido à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter iluminado nossos caminhos.

À Universidade que esteve com suas portas abertas durante nossa trajetória.

À Professora Catarina Moro que nos orientou e nos deu suporte para que este trabalho pudesse ser efetivado.

À Professora Jornada Stella Botelho por tão prontamente ter aceitado o convite de participar da nossa banca e por suas contribuições.

Aos professores que estiveram presentes em todo nosso percurso acadêmico, pela dedicação, incentivo e amizade.

Aos funcionários do Setor de Educação e biblioteca.

Aos colegas que de alguma forma tornaram os nossos cinco anos de graduação mais leves.

Aos profissionais da educação do CEI e do CMEI que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Eu, Jaqueline, agradeço Juliane pela parceria, dedicação, entusiasmo pela vida e empenho em concluir este trabalho.

À minha querida irmã pela prontidão em me auxiliar em tudo que fora necessário.

À minha querida mãe, que em seu jeito de ser, sempre me estimulou a continuar.

Aos meus sobrinhos Ana Clara, Leonardo e a recém-chegada Estela que sempre enchem meu coração de afeto.

Ao meu esposo Pedro, que todos os dias insiste em me fazer sorrir.

Eu, Juliane, agradeço a minha amiga Jaqueline, com quem tive a honra de desenvolver este trabalho, pelo companheirismo, parceria e paciência que teve comigo durante toda sua construção.

Aos meus amados pais que me deram apoio incondicional, em especial à minha mãe que é o meu porto seguro, vindo tantas vezes ao meu socorro sem que precisasse proferir uma única palavra.

Ao Celson, meu amado esposo, com quem partilho minha vida e que nunca me deixou desistir, estando ao meu lado sempre com ternura e carinho.

À minha irmã Mariane que tantas vezes cuidou do Juju com tanta doçura para que eu pudesse me dedicar à Universidade.

Ao meu sobrinho Mariano que com seu jeito de homem e coração de menino tantas vezes me ajudou.

RESUMO

O presente trabalho teve como objeto de estudo o esclarecimento do papel do pedagogo no espaço da Educação Infantil na cidade de Curitiba, Paraná, Brasil, na perspectiva de revelar o que ele realmente faz em seu trabalho cotidiano, sendo os eixos principais de atuação, segundo as diretrizes municipais e cadernos pedagógicos, a responsabilidade sobre a formação em serviço, articulação do Projeto Político Pedagógico, e outros. Para concretizar tal pesquisa além de busca bibliográfica e busca nas leis e nos documentos oficiais, realizou-se estudo de campo com aplicação de questionários com educadores e professores, bem como entrevistas com diretores e pedagogos de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e um Centro de Educação Infantil (CEI) conveniado à prefeitura, ambos no bairro do Cajuru. Constatou-se que há diferenças entre a organização dos momentos de atuação do pedagogo frente aos educadores e professores nestes dois espaços estudados, bem como o entendimento que os profissionais de ambas as instituições possuem do trabalho desempenhado por ele. Sugere-se que mais pesquisas na área sejam feitas tanto para que o referencial teórico tenha mais visibilidade, quanto para auxílio no trabalho deste profissional que ocupa este espaço há pouco tempo (2003).

Palavras-chave: Trabalho pedagógico, Função do pedagogo, Educação Infantil, Centro de Educação Infantil, creche, pré-escola.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------|--|----|
| GRÁFICO1 | - NÚMERO DE CMEI'S NA CIDADE DE CURITIBA RELACIONADO AO BAIRRO CAJURU- EVOLUÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1976 E 2012 | 20 |
| TABELA 1 | - IDADE DAS PARTICIPANTES..... | 58 |
| QUADRO 1 | - TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO E TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO..... | 59 |
| TABELA 2 | - PERIODICIDADE DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS..... | 69 |
| QUADRO 2 | - ASSUNTOS TRATADOS NAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS | 70 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CEI | - Centro de Educação Infantil |
| CF | - Constituição Federal |
| CMEI | - Centro Municipal de Educação Infantil |
| CTEFE | - Coordenadoria Técnica – Estrutura e Funcionamento de Ensino |
| DCMEI | - Diretrizes Curriculares Municipais Educação Infantil |
| DCM's | - Diretrizes Curriculares Municipais |
| ECA | - Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EI | - Educação Infantil |
| FCC | - Fundação Carlos Chagas |
| IPPUC | - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba |
| LDB | - Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| MEC | - Ministério da Educação |
| NRE | - Núcleo Regional de Educação |
| NRE's | - Núcleos Regionais de Educação |
| PMC | - Prefeitura Municipal de Curitiba |
| PPP | - Projeto Político Pedagógico |
| SEP | - Semana de Estudos Pedagógicos |
| SISMEN | - Sistema Municipal de Ensino de Curitiba |
| SME | - Secretaria Municipal de Educação |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL | 14 |
| 2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA..... | 16 |
| 3 O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES PRESENTES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E REFERENCIAIS TEÓRICOS | 22 |
| 3.1 O PEDAGOGO COMO UM DOS GESTORES NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 29 |
| 3.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DESTINADA AO PEDAGOGO | 32 |
| 3.3 O PEDAGOGO E SEU PAPEL COMO ARTICULADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO E USO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO | 35 |
| 3.4 O PEDAGOGO COMO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA FORMAÇÃO EM SERVIÇO, PLANEJAMENTO E REUNIÕES PEDAGÓGICAS..... | 39 |
| 3.5 O PEDAGOGO À FRENTE DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS COM EQUIPE ADMINISTRATIVA E PAIS..... | 46 |
| 4 METODOLOGIA | 50 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO | 50 |
| 4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA | 51 |
| 4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E PARTICIPANTES PESQUISADOS | 53 |
| 4.4 PROCEDIMENTOS..... | 55 |
| 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS | 57 |
| 5.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS PROFESSORAS E EDUCADORAS..... | 57 |
| 5.1.1 Perfil das Respondentes | 57 |
| 5.1.2 Papel do Pedagogo segundo educadores e professores..... | 61 |
| 5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM PEDAGOGAS E DIRETORAS . | 74 |
| 5.2.1 Pedagoga e Diretora do CMEI | 75 |
| 5.2.1.1 Perfil das entrevistadas | 75 |
| 5.2.1.2 Ações desempenhadas pela pedagoga | 76 |
| 5.2.1.3 Diretora e sua articulação com a pedagoga | 86 |
| 5.2.2 Pedagoga e Diretora do CEI | 89 |
| 5.2.2.1 Perfil das entrevistadas | 89 |
| 5.2.2.2 Ações desempenhadas pela pedagoga | 90 |
| 5.2.2.3 Diretora e sua articulação com a pedagoga | 94 |
| 5.3 ANÁLISE GERAL: O TRABALHO PEDAGÓGICO NO CEI E CMEI | 96 |

| | |
|---|------------|
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 105 |
| APÊNDICES | 110 |
| ANEXOS | 118 |

1 INTRODUÇÃO

O pedagogo ou o coordenador pedagógico, como citam Alves (2011) e Waltrick (2008), tem como principal função a garantia da qualidade das práticas educativas, tendo suas atribuições focadas na gestão e na articulação coletiva do Projeto Político Pedagógico - PPP. Sua atuação no âmbito da Educação Infantil - EI ainda vem se constituindo, pois o cargo nesta etapa da educação básica é relativamente novo (ALVES, 2011). Na cidade de Curitiba este profissional ocupou este espaço somente em 2003. Waltrick (2008) nos situa neste aspecto, lembrando que a Constituição Federal de 1988 prevê a municipalização da Educação Infantil, e a LDB, Lei nº 9394 de 1996, preconiza a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Nesse sentido, esta etapa da educação passa a ser vista com outros olhos, entrando em um processo de dissociação da assistência social e incorporação às Secretarias Municipais de Educação, processo que se deu gradualmente.

Atualmente, ainda se enfrenta muita dificuldade no acesso à Educação Infantil, o que configura violação do direito constitucional, o que acaba por promover desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais (BRASIL, 2013). Cabe, no entanto, ao Estado a efetivação e cumprimento de sua função enquanto mantenedora do bem público, oferecendo condições e recursos, garantindo o acesso à educação básica, em todas as suas etapas. No que tange a Educação Infantil e suas funções sociopolíticas e pedagógicas, busca-se promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tornando a creche e a pré-escola espaços de convivência, construção coletiva e de disseminação de conhecimentos (BRASIL, 2013).

Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade. (BRASIL, 2013, p.85).

Neste panorama, sendo o pedagogo¹ profissional habilitado para atuar neste espaço, deverá orientar seu trabalho de forma a atender os objetivos listados acima exercendo as funções a ele atribuídas, lançando mão das diversas formas do fazer pedagógico para que a finalidade a que a EI se propõe seja consolidada.

Este trabalho tem a intenção de investigar e quiçá esclarecer estas ações e funções desempenhadas pelo pedagogo da EI, no que diz respeito a sua prática, seja ela voltada para a gestão, para a articulação do PPP e para a função de formador dos professores e educadores (WALTRICK, 2008; ALVES, 2011).

O esclarecimento do tema pautou-se na revelação das ações executadas pelos pedagogos da EI, bem como na sua análise, tendo como base documentos oficiais relacionados às políticas públicas nacionais e do município de Curitiba, como por exemplo, o “Caderno Pedagógico - Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino” (CURITIBA, 2012a); as recentes Orientações para o trabalho pedagógico de 2014: “Orientações para estudo e

¹Segundo estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas, sobre a gestão na Educação Infantil em capitais brasileiras, foi evidenciado que a grande maioria de coordenadores pedagógicos, professores e gestores são do sexo feminino (CAMPOS et al., 2012), entretanto, optamos por seguir a regra gramatical, utilizando os termos: pedagogo, diretor e professor, bem como educador e funcionários, quando nos referimos à teoria e a legislação. Já nos momentos onde relatarmos os dados coletados usaremos o feminino pois nas duas instituições pesquisadas todas as participantes foram do sexo feminino.

planejamento nos centros municipais de Educação Infantil, Centros de Educação Infantil conveniados e escolas com Educação Infantil” (CURITIBA, 2014); as “Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba” (CURITIBA, 2006); o Parecer CNE/CEB Nº: 17/2012- Orientações sobre a organização e o funcionamento da Educação Infantil (CURITIBA, 2013b), inclusive sobre a formação docente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, relacionando-os com os levantamentos realizados por intermédio de entrevistas e questionários aplicados no segundo semestre de 2014. Tal busca se deu no espaço de um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI e de um Centro de Educação Infantil - CEI conveniado ao município de Curitiba, na regional do Cajuru através de aplicação de questionários para professores e educadores, entrevista com diretores e pedagogos bem como revisão bibliográfica sobre o tema.

Espera-se esclarecer neste trabalho as variadas funções do pedagogo e articular as informações obtidas nos dois espaços investigados, como por exemplo, a formação em serviço (como e se ocorre) de responsabilidade do pedagogo; a articulação, elaboração e utilização do PPP; reuniões pedagógicas com pais, educadores e professores, entre outros.

Assim, no capítulo seguinte, traremos no capítulo 2, uma contextualização histórica, situando a EI no panorama nacional, destacando seu surgimento e sua implementação de fato, fazendo o mesmo com a EI no contexto local no município de Curitiba. Em seguida, no capítulo 3, apontaremos as informações referentes às atribuições do pedagogo na Educação Infantil contidas nos documentos oficiais, relacionando quais as funções que este profissional deve desempenhar, como sendo responsável pela formação em serviço dos professores e educadores da sua unidade,

da mesma forma em relação às reuniões pedagógicas. Além do seu papel importante na articulação entre os vários segmentos que participam da dinâmica dos centros de Educação Infantil para a elaboração, implementação e uso do PPP, evidenciando o caráter de gestão que o pedagogo possui, e posteriormente contrapondo com as informações pertinentes à formação que ele recebe da mantenedora. Concluindo no capítulo 4, o estudo com a análise do material levantado, cotejando as informações obtidas através da pesquisa bibliográfica e os dados obtidos através de dois instrumentos: entrevistas e questionários, com as pedagogas, diretoras, professoras e educadoras de um CEI e um CMEI da regional do Cajuru na cidade de Curitiba. Sendo que com as pedagogas e diretoras realizamos entrevista e com as professoras e educadoras, aplicamos questionários, cujas questões basearam-se principalmente nos momentos de formação que o pedagogo propõe; a articulação do PPP; nas reuniões com pais, professores/educadores e funcionários; entre outros.

De um modo geral observamos que a maioria das profissionais que participaram da pesquisa demonstraram ter conhecimento teórico e de legislação acerca do trabalho do pedagogo, ou seja, o que cabe a este profissional fazer, corroborando assim com a contribuição dos vários autores utilizados, embora nem sempre as condições de trabalho permitissem a execução correta prevista. Notou-se também que de uma instituição para a outra (do CEI para o CMEI) existem informações que se contrapõem, como a questão salarial, a carga horária e a percepção das profissionais em relação ao trabalho da pedagoga da unidade.

Com a busca feita nos diversos bancos de dados disponíveis online, constatou-se que os estudos sobre a temática de gestão e atuação do pedagogo na Educação Infantil estão ainda muito aquém do esperado, sendo um tema com escassa produção

que carece de mais estudos. Waltrick (2008), na revisão bibliográfica para a construção de sua dissertação sobre a realidade do coordenador pedagógico da Educação Infantil na cidade de Florianópolis, aponta a dificuldade em encontrar estudos na área.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Historicamente segundo Nunes *et al* (2011, p.17) podemos dividir a história da Educação Infantil em três fases: a primeira vai dos anos de 1875 a 1985, a segunda de 1986 a 1996 e a terceira de 1996 até os dias atuais. Porém, Kramer (2006) aponta que somente nos últimos 20 anos a Educação Infantil vem ganhando verdadeiro destaque e sendo mais discutida nos debates educacionais e nas ações de movimentos sociais.

O que hoje chamamos de Educação Infantil nasceu sob a mesma égide da Europa Ocidental, onde em meados do século XIX vigoravam dois modelos de atendimento infantil, um de cunho assistencialista, as creches, e outro de cunho educacional, os jardins de infância. A diferença entre um modelo e outro estava na situação econômica de cada família.

Aqui no Brasil os primeiros movimentos de atenção às crianças pequenas se deram a partir de 1875 com a criação dos jardins de infância no estado de São Paulo e Rio de Janeiro que atendiam crianças de famílias ricas (NUNES, 2011, p.19).

Com a dicotomização do modelo de atendimento às crianças pequenas, ou seja, de um lado as creches e de outro os jardins de infância, a maior oferta das creches estava intimamente ligada ao papel ocupado pela mulher na sociedade. Com base em Oliveira *et al* (2002), pode-se dizer que, primeiramente o que ocorria era um atendimento dado aos filhos de mães solteiras que não tinham condições de cuidar de seus próprios filhos, considerado um trabalho de caridade. Em seguida, com o movimento de industrialização, as mulheres foram incorporadas ao quadro funcional

das fábricas e por esse motivo, muitas vezes, pagavam às vizinhas e conhecidas para cuidarem de seus filhos no período em que estavam trabalhando. Neste contexto, como aponta Kuhlmann Jr. (2000, p.8), por volta de 1920, a legislação do estado de São Paulo prevê a instalação de Escolas Maternais destinadas a cuidar dos filhos dos operários sendo geralmente estas anexas às fábricas.

Kuhlmann Jr. (2000, p.9) aponta que por volta de 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova a diferenciação entre creche e jardim de infância começa a ser usada para definir a faixa etária de atendimento não mais se referindo à questão econômica das famílias das crianças, por haver uma preocupação ainda muito sutil não somente com a questão física, mas também intelectual das crianças. Embora essa preocupação tenha emergido até a década de 1950, as poucas creches que existiam fora das fábricas eram mantidas por entidades filantrópicas, que contavam com ajuda governamental e de famílias ricas. Havia uma grande preocupação por parte de médicos sanitaristas com a higiene destas crianças que eram vítimas frequentes de infecções. O trabalho realizado nestas creches era direcionado à alimentação, higiene e cuidados com a segurança, ainda sem muitas preocupações com a educação intelectual (OLIVEIRA *et al*,2002).

Por volta de 1970, Kramer (2006) e Oliveira *et al* (2002) indicam que o olhar para a educação das crianças de 0 a 6 anos passa a ser inspirado no ideário Estadunidense. O Brasil passa a disseminar a teoria da “privação cultural”, a qual considerava que a situação de marginalidade vivenciada pelas crianças poderia ser superada com o atendimento na creche. Com caráter apenas compensatório, visava corrigir as carências culturais das crianças procedentes das classes populares.

A partir de 1980 há uma busca pela democratização, pois os documentos oficiais do governo tinham as crianças como “carentes, deficientes, imaturas e defasadas” (KRAMER, 2006, p.800). A luta dos movimentos sociais pelo direito à EI intensifica-se, bem como a pesquisa de intelectuais sobre a infância e a mobilização de profissionais da educação e de vários setores da sociedade que culmina no reconhecimento das creches e pré-escolas como instituições educacionais com a promulgação da CF, o ECA e o estabelecimento de normas e diretrizes para o seu funcionamento.

Neste cenário de mudança da legislação um novo entendimento da infância se desenvolve e prospera o pensamento de que as crianças são cidadãs, sujeitas de direitos fundamentais e um desses direitos é o acesso à educação desde a mais tenra idade. A Educação Infantil desvincula-se aos poucos da assistência social e passa a constituir a educação básica, sendo a primeira etapa desta.

Mais recentemente, as Diretrizes Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), com base na Lei nº 9394/96, citam as finalidades da Educação Infantil como sendo a de assegurar a formação para o exercício de cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, ou seja, a introdução da criança na cultura, o que requer acolhimento e compreensão da infância como uma fase na vida da criança repleta de especificidades, entendendo-a como um sujeito de direitos.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Em Curitiba, não diferente do processo que ocorreu no Brasil, a atenção às crianças pequenas conforme Sebastiani (1996) era inicialmente associada à assistência social realizada por entidades filantrópicas que tinham o objetivo de oferecer cuidados a vida das crianças das classes populares.

Na década de 2000 ocorrem mudanças na legislação da EI no município de Curitiba, conforme citado no Parecer CME/CEI nº 02/2012. A começar pelo Decreto Municipal nº 55 de 25/01/2001 que altera a denominação de Creche Municipal para Centro Municipal de Educação Infantil.

Segundo informações contidas nas diretrizes municipais (CURITIBA, 2006), somente em abril de 2002 deu-se início a integração dos Centros de Educação Infantil à Secretaria Municipal de Educação - SME, o que se efetivou no ano de 2003. Ano também em que houve os primeiros registros preliminares das Diretrizes Curriculares Municipais - DCM' s para a EI. Neste momento, os pedagogos passaram a compor o quadro profissional das unidades atuando quatro horas diárias na orientação pedagógica. Já as creches comunitárias, ficaram entre 2003 e meados de 2004, sob a responsabilidade da Fundação de Ação Social que posteriormente passou a administração para a SME.

Ainda segundo as Diretrizes Municipais (CURITIBA, 2006) neste momento de transição, fora dado aos pedagogos e professores formação para a nova empreitada. Pois até o momento, o profissional que geria os CMEI' s no aspecto administrativo e pedagógico era a figura do diretor. Então, passa-se a afirmar que o pedagogo, em conjunto com o diretor:

[...] tem importante papel em coordenar a organização do trabalho da instituição. O pedagogo atuando como formador dos profissionais de modo

contínuo e planejado, garantindo que as permanências de estudo sejam espaços efetivos de reflexão sobre a prática, de avaliação e replanejamento de seu trabalho, com base nas aprendizagens das crianças. (CURITIBA, 2006, p. 34-35).

A EI é dividida entre creche (dos 0 aos 3 anos) e pré-escola (dos 4 aos 5 anos) e pode ser ofertada por quatro tipos de instituições: públicas, privadas, conveniadas e escolas de ensino fundamental que possuem pré-escola. Todas são regidas pela mesma legislação, porém possuem especificidades distintas. As públicas são mantidas pelo governo e possuem o nome de Centros Municipais de Educação Infantil. As instituições privadas são centros de educação infantil totalmente custeadas pela mensalidade paga pelos pais ou responsáveis. As conveniadas são instituições particulares que possuem um regime de coparticipação com a prefeitura que repassa a verba para custeio do atendimento às crianças, porém quem administra é o gestor da instituição, algumas vezes os pais também contribuem com uma pequena mensalidade. E as escolas de ensino fundamental que possuem pré-escola (crianças na faixa etária de 4 anos), por este fazer parte da educação infantil que atende crianças de 0 a 5 anos. Dentre estes quatro tipos de instituições ainda há um universo de diversificações destas quatro realidades, em se tratando de condições físicas, materiais, pedagógicas, econômicas, confessionais, doutrinárias, metodológica, concepções, localização, tamanho, enfim.

Em relação à oferta da Educação Infantil no Município de Curitiba, o Parecer CME/CEI nº 02/2012 aponta que:

A oferta da educação infantil na rede pública municipal de Curitiba, em sua grande maioria, abrange a idade da creche (três meses a três anos) e pré-escola (quatro e cinco anos) nos CMEI's com funcionamento em período integral, podendo ocorrer a oferta de turmas de pré-escola nas escolas municipais da rede pública. Convênios de cooperação técnica e financeira com Organizações não Governamentais (ONG's) que mantêm CEI's também fazem parte da rede pública de oferta de vagas. Em 2012, o atendimento à educação

infantil abrange 189 (cento e oitenta e nove) CMEI' s, 112 (cento e doze) escolas municipais com oferta de educação infantil e 83 (oitenta e três) CEI' s conveniados, totalizando 40.783 (quarenta mil, setecentos e oitenta e três) crianças que frequentam essa etapa educacional. (CURITIBA, 2013b, p. 5).

Embora pareça um número bastante grande, de acordo com informações que circulam na mídia local, a fila de espera conta com dez mil crianças que aguardam uma vaga para ingressar na EI em Curitiba (GALANI, 2013). Ainda segundo a mesma matéria do jornal Gazeta do Povo, a SME se pronunciou alegando que “está prevista a criação de 34 novos centros para suprir parte da demanda até 2016”. Ou seja, mesmo com a implantação destas novas unidades ainda haverá um déficit no número de crianças atendidas.

Relativo ao número de creches e pré-escolas na cidade de Curitiba e seu crescimento, há dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba- IPPUC. Quanto aos Centros de Educação Infantil – CEI' s Conveniados, no ano 2000 havia 65 na cidade, destes, 13 estavam situados no Núcleo Regional Cajuru, foco de nosso trabalho. Já no ano de 2008, dos 81 CEI' s conveniados, 17 unidades estavam na regional em questão, sendo o Núcleo Regional com maior número de CEI' s conveniados na cidade no ano de 2008 (CURITIBA, 2008b).

Gráfico1 - Número de CMEI' s na cidade de Curitiba relacionado ao bairro Cajuru- Evolução entre os anos de 1976 e 2012.

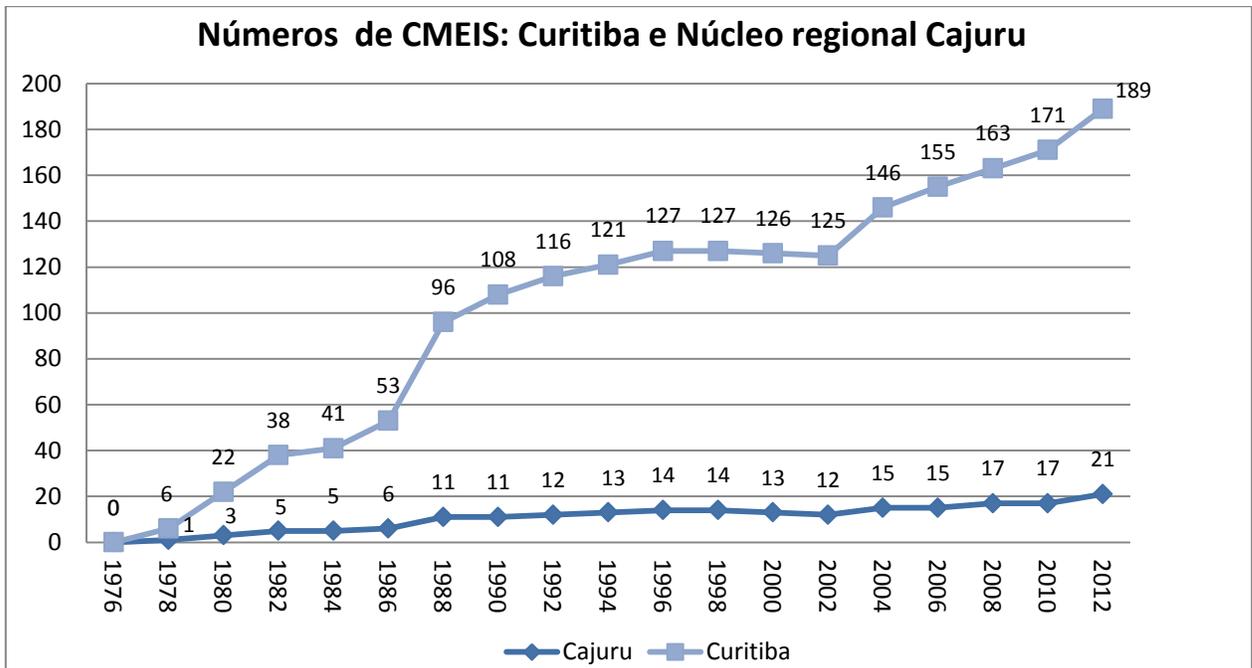


Gráfico elaborado pelas autoras com base nos dados do IPPUC de Curitiba, 2012b.

Verificando o crescimento de CMEI 's na cidade como um todo, observa-se um maior crescimento de novas instituições entre os anos de 1986 e 1988 com a construção de 43 unidades sobre a administração do primeiro prefeito eleito Roberto Requião (ver gráfico1). Em 2012 somavam-se 189 CMEI' s na cidade, sendo que o núcleo regional com maior número de unidades era a do CIC- Cidade Industrial de Curitiba com 39, e em sequência o Boa Vista e o Pinheirinho, com 24 CMEI' s cada (CURITIBA, 2012b).

Observa-se que entre 1998 e 2002 houve um declínio no número de CMEI' s no Núcleo Regional Cajuru, de 14 para 12 unidades. Isto se deu, segundo informações do IPPUC (Curitiba, 2012b) pela desativação destes centros por problemas na estrutura física. Posterior a este período, entre 2002 e 2004, houve a construção de 21 novos centros, destes, 3 no Cajuru. Cabe mencionar que este período foi administrado pelo prefeito Cassio Taniguchi (gestão de 1997 a 2004).

Mesmo com a efetivação da integração da EI à SME em 2003, entre os anos de 2004 a 2012, ocorreu um crescimento de 43 unidades na cidade de Curitiba, o que ainda, como já mencionado, não atende a demanda.

Observa-se nitidamente que a EI ainda configura-se em uma etapa extremamente nova da educação básica formal, e mais recente ainda, a figura do pedagogo, com sua regulamentação nesta etapa apenas a partir do ano de 2003, buscaremos esclarecer nos próximos capítulos as atribuições legais condizentes ao exercício desta função, bem como as orientações técnicas destinadas a ele respaldadas, pela fundamentação teórica de estudos da área.

3 O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES PRESENTES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E NOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Neste tópico abordaremos as funções e atribuições destinadas ao pedagogo no espaço educativo, especificamente na EI. Para tal realizamos leituras de teses, dissertações, artigos e documentos oficiais do Ministério da Educação e da SME de Curitiba. Os trabalhos utilizados para embasamento teórico específico sobre a atuação do pedagogo na EI foram o de Waltrick (2008) que em sua dissertação defendida em 2008 relatou a experiência do coordenador pedagógico na EI na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, e Alves (2007, 2011) que discorre sobre a identidade profissional dos coordenadores pedagógicos na Educação Infantil. Mencionamos também Filippini (1999) que nos traz aspectos relevantes sobre o contexto italiano em Reggio Emilia.

Como base legal que norteia toda a educação no Brasil, lançamos mão da LDB (BRASIL, 1996) e Diretrizes Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) para discorrer sobre o caráter pedagógico na EI. Ainda como documentos oficiais, utilizamos os “Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Curitiba” (CURITIBA, 2012a) que nos traz observações valiosas sobre a prática do pedagogo em várias abordagens cotidianas.

Abordaremos a questão da formação continuada destinada aos pedagogos; o caráter de gestor que o pedagogo possui; o PPP e a responsabilidade do pedagogo

sobre ele; discorreremos sobre a função do pedagogo como formador; como orientador nos momentos de planejamento; concluindo o capítulo sobre a dinâmica das reuniões com pais.

Em um contexto da percepção da criança como sujeito, da indissociabilidade do educar e cuidar no espaço da Educação Infantil, deixando de lado a cultura de creche assistencialista, se faz necessária a atuação do pedagogo. Waltrick (2008) salienta que o coordenador pedagógico da Educação Infantil está sujeito às mesmas exigências das outras etapas da educação básica, tendo a principal função de implementação da gestão democrática nas instituições, articulando-se entre os docentes, os familiares e a comunidade. Para ela esta função originou a necessidade deste profissional na Educação Infantil. Alves (2007) assume e complementa que a “[...] coordenação pedagógica é uma dimensão de gestão, responsável pela articulação coletiva do projeto político-pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem, numa perspectiva democrática”. (ALVES, 2007, p.8). Assim, juntamente com a nova concepção de infância que vem sendo construída, as funções do pedagogo e sua identidade na Educação Infantil passam a ser também ressignificadas, pois é um espaço novo para atuação, com outros sujeitos e outras peculiaridades.

Para Alves (2011, p.13), “[...] a construção das identidades profissionais da coordenação pedagógica na Educação Infantil revela um processo contraditório”. As representações que o trabalhador faz de si estão embasadas nas relações sociais e nas concretas realizações do trabalho, que então, articulando-se de forma contraditória formam uma totalidade, pois é subjetiva e objetiva, o que possibilita transformações (ALVES, 2011). A identidade profissional para a autora se faz no ser social, com sua individualidade, formando-se diariamente na construção do trabalho do pedagogo, com

posicionamentos e tomadas de decisões, que podem incorporar diferentes formas e significados (ALVES, 2011). Delimita-se no modo de ser e de agir perante a função desempenhada, é uma representação de si que reflete nas ações.

Neste contexto, o pedagogo na sua subjetividade se expressa no seu trabalho diário e se constrói como sujeito. A história de vida, sua bagagem são relevantes, pois o ser se constitui historicamente, nas suas relações. No âmbito da Educação Infantil, uma nova história passa a ser contada, uma nova vivência, o que contribuirá para a reconfiguração de sua identidade profissional. Assim o interessante é saber que posicionamento novo há nesse espaço novo, que postura o pedagogo assume?

Apesar do referido, com tantas expectativas previamente esperadas e atribuídas à figura do pedagogo, o sentido dado e as maneiras de fazer o trabalho e se perceber na função, são subjetivas a cada profissional, em cada contexto (ALVES, 2011). A percepção de si no espaço de trabalho também encontra embates quanto às expectativas que outros sujeitos projetam na figura do pedagogo. Como a prática na Educação Infantil, assim como em outras etapas, se faz entre vários sujeitos e estes sendo únicos com suas especificidades, a articulação das ações e de pensamentos não são tarefas fáceis. A multiplicidade está presente neste aspecto e se faz desafio para a prática do pedagogo, em articular pensamentos e formas diferentes em perceber os objetivos da Educação Infantil, que estão justamente na conexão entre os atos de educar e cuidar de crianças até cinco anos de idade.

Neste sentido, as Diretrizes Nacionais para a educação básica orientam:

[...] é oportuno e necessário considerar as dimensões do *educar* e do *cuidar*, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social da Educação Básica, a sua centralidade, que é o estudante. *Cuidar* e *educar* iniciam-se na Educação Infantil, ações destinadas a crianças a partir de zero

ano, que devem ser estendidas ao Ensino Fundamental, Médio e posteriores. (BRASIL, 2013, p.17, itálico do autor).

Assim, o pedagogo deverá entender a Educação Infantil como promotora do desenvolvimento, levando este pensamento para sua prática. As Diretrizes Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), salientam o caráter pedagógico da Educação Infantil reiterando as questões jurídicas norteadoras.

[...] as creches e pré-escolas ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos, dos ditos programas alternativos à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, ou da educação não formal. (BRASIL, 2013, p. 84).

São espaços que cuidam e educam crianças, com profissionais com formação específica para tal, “[...] refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças”. (BRASIL, 2013, p.84).

Muitas das ações esperadas e desempenhadas pelos pedagogos no ensino Fundamental e Médio também o são no espaço da Educação infantil. Entre elas, muitas das quais não são perceptíveis em estudos qualitativos ou até mesmo quantitativos, estão: a formação em serviço, articulação e elaboração do PPP, encaminhamento de reuniões pedagógicas, entre outros.

Filippini (1999) nos traz outros aspectos relevantes para o trabalho deste profissional com cunho mais sensível ao cotidiano vivenciado pelos pedagogos. Em outro contexto, mais especificamente quanto à educação em Reggio Emilia, na Itália, a autora salienta que o pedagogo também tem a função de articular e auxiliar o professor em seu relacionamento com os familiares das crianças, bem como o relacionamento entre professores.

[...] o pedagogo deve estar disponível para apoiar os professores em seus relacionamentos individuais diários com as famílias. Devo ser receptiva às expectativas, às necessidades, às solicitações, às sugestões, às preocupações delicadas e aos relacionamentos ocasionalmente estressantes de todos. (FILIPPINI, 1999, p. 126-127).

O pedagogo² como retrata esta mesma autora, tem a tarefa “[...] de promover um crescimento cultural e social dos sistemas para as crianças pequenas”. (FILIPPINI, 1999, p. 127). A função, neste contexto, está relacionada à imagem que o pedagogo possui da criança, das ações que o professor desempenha, do local, das famílias e comunidade. Para Filippini (1999), quando discorre sobre a função do pedagogo salienta: “[...] todos devemos nos engajar em um intercâmbio contínuo de informações envolvendo o que está acontecendo nas escolas, novos avanços na teoria e na prática e nos acontecimentos políticos”. (FILIPPINI, 1999, p.124). Assim, além da necessidade de atualização constante, de busca de informação, o pedagogo também tem a função de organizar horários, a rotina, turnos de trabalho, espaço físico bem como atribuir responsabilidades de forma articulada.

Waltrick (2008) em levantamento bibliográfico da literatura sobre as funções do pedagogo salienta que se atribui “[...] um papel bastante alargado [...]” (WALTRICK, 2008, p.50) em dimensões políticas e éticas a este profissional. Em modo geral, a mesma autora atribui ao pedagogo de forma concisa as ações de articulação, formação e de transformação.

Entre vários outros dilemas que vive este profissional na construção de sua identidade, Alves (2011) aponta para uma indefinição das ações específicas a serem

²Neste contexto italiano da Educação Infantil, para designar o pedagogo usa-se o termo “pedagogo”, aquele profissional específico para esta etapa da educação. Filippini (1999) usa também o termo “conselheiro educacional”, pois “pedagogo” a seu ver não pode ser traduzido

desempenhadas pelo pedagogo na Educação Infantil. No entanto, no caso da cidade de Curitiba, desenvolveram-se documentos, entre eles o intitulado: Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Curitiba (CURITIBA, 2012), abaixo comentado, em que elenca algumas funções a serem desempenhadas pelo pedagogo em cada contexto.

Neste caderno pedagógico, explica-se a função e atribuições do pedagogo em sua organização escolar no que diz respeito às especificidades do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Apoio pedagógico nos Ciclos de Aprendizagens, Educação em Tempo Integral, Educação Infantil e Educação Especial. Sobre a EI, foco de nossas reflexões, explicita-se a concepção desta etapa da educação básica, adotada pela SME, pautada na Constituição Federal - CF, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, onde reafirmam-se a indissociabilidade do Educar e Cuidar.

Também sobre a EI, tem-se orientações sobre os espaços, organização do tempo e da rotina, o brincar, currículo, planejamento e avaliação, bem como sobre a articulação da EI com o Ensino Fundamental. Há um tópico específico intitulado “Funções do Pedagogo” com os seguintes itens destinados aos profissionais:

- Articular, na escola, o trabalho pedagógico realizado na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Destinar 12 horas mínimas mensais para atuar com a Educação Infantil, assim distribuídas: 4 horas para participação em formação continuada, em serviço junto ao NRE's; 4 horas para supervisão com o pedagogo da Educação Infantil do NRE; 4 horas para orientar a permanência de estudo e planejamento do professor da Educação Infantil.
- Participar, junto com os professores das turmas de Educação Infantil, de encontros de formação mensais com a equipe de pedagogos dos NRE's, para discutir, refletir, compartilhar experiências sobre a Área de Formação Humana em foco no ano letivo.
- Participar, mensalmente, da supervisão com o pedagogo de referência do NRE, mediante pauta definida previamente.

- Acompanhar o trabalho desenvolvido em sala, levantando questões que sejam pertinentes ao trabalho do professor para as respectivas orientações em permanência.
- Organizar reunião de pais para esclarecer o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças, bem como orientá-los para a importância desse acompanhamento.
- Conhecer os documentos (MEC e SME) norteadores do trabalho na Educação Infantil para orientar os professores.
- Organizar o horário de permanência dos professores de forma a garantir espaços de reflexão/ação/intervenção na Educação Infantil.
- Organizar e coordenar as reuniões pedagógicas da unidade escolar, selecionando temas relativos ao trabalho didático-pedagógico, visando ao estudo, análise e aperfeiçoamento das práticas docentes na Educação Infantil.
- Acompanhar os professores bolsistas que desenvolvem o Projeto Escola & Universidade na unidade.
- Promover momentos de estudo e trocas de experiências, contribuindo com encaminhamentos metodológicos e procedimentos avaliativos articulados à concepção de Educação Infantil da SME.
- Acompanhar e orientar os professores no desenvolvimento dos projetos realizados na unidade (Ampliando Horizontes, Projeto Criança Saudável, Sinais de Alerta, Projeto Família e Educamovimento: saberes e práticas na Educação Infantil). (CURITIBA, 2012a, p.43-44).

Diante das funções acima descritas direcionadas à figura do pedagogo, percebe-se a preocupação na formação dos próprios pedagogos, como também dos professores nas formações em serviço e continuada, bem como na exigência de se conhecer documentos do MEC e SME. Cabe também participar mensalmente de reuniões para supervisão com o pedagogo do Núcleo Regional, e também acompanhar o trabalho em sala assim como organizar e coordenar reuniões com os pais e orientar projetos.

Em outro documento publicado pela SME, intitulado Organização do Trabalho Pedagógico (CURITIBA, 2014) referente à EI, sobre orientações para estudo e planejamento do ano letivo de 2014, refere-se à organização das 20 horas de estudo e planejamento que a *priori* foram realizadas no início do ano letivo do referido. Neste caderno de orientações, foram destinadas quatro horas para acolhimento e organização

da equipe de trabalho, seis horas para planejamento anual, seis horas para estudo e planejamento para a organização de espaços e acolhimento das crianças e outras quatro horas para preparo de materiais e organização de espaços. Esta distribuição do tempo e temas propostos para os estudos e reflexão, posteriormente são enunciadas como sugestões. Também acompanha o caderno, mesmo que não disponibilizado com as orientações no site da cidade do conhecimento (<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/>), um DVD com sugestões de imagens e textos para estudos e planejamento dos espaços.

Neste aspecto, salientamos a necessidade de que sejam realmente sugestões, pois os temas tratados na formação em serviço deverão partir da necessidade dos profissionais a ela destinada. Fusari (2008) e Filippini (1999) enfatizam a necessidade de considerar a experiência, a prática e a bagagem dos profissionais envolvidos nestes momentos. Almeida (2008) complementa, afirmando que a probabilidade de se ter bons resultados nos momentos de formação aumentam, quando se parte das possibilidades que os sujeitos trazem, estabelecendo relações entre os projetos pessoais e coletivos.

Nos subitens a seguir discutiremos funções mais específicas destinadas ao pedagogo as quais foram mais evidenciadas nas entrevistas e aplicação de questionários e nos estudo anteriormente elencados.

3.1 O PEDAGOGO COMO UM DOS GESTORES NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme estudo realizado por Campos *et al* (2012) em parceria com a Fundação Carlos Chagas - FCC , analisando estudos sobre a gestão na Educação Infantil, constatou-se que estes são extremamente escassos, ainda mais quando comparados à mesma temática porém em outras etapas da educação básica distintas a esta.

Cabe inicialmente fazermos um esclarecimento ao que de fato se refere por gestão. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p.318, itálico do autor) “A *gestão* é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”. Neste entendimento, gestão e administração são sinônimas. Ou seja, o pedagogo como gestor é aquele que lança mão de variados instrumentos e métodos de aquisição do conhecimento, em conjunto com a direção e a equipe de professores e educadores, com o intuito de desenvolver o aprendizado significativo de seus educandos.

Para Waltrick (2008, p.109) o trabalho de gestão do pedagogo resume-se em um trabalho “em que as atividades de gestão tornam-se práticas educativas, para além de atividades burocráticas, influenciando o trabalho docente, as atitudes das pessoas, a aprendizagem das crianças e as relações com suas famílias”.

Embora o papel de gestor esteja bem claro nos documentos oficiais, como no caderno Subsídios a Organização do Trabalho Pedagógico da SME de Curitiba, onde encontramos a menção ao cargo de gestão que o pedagogo ocupa, segundo outros autores como Libâneo (2007; 2008), Waltrick (2008), Alves (2011), ainda é bastante comum a negação frente a esta realidade, pois muitos profissionais não consideram

realizar trabalho de gestão, depositando no diretor esta competência. Conforme cita Alves:

Ainda em relação à gestão do CMEI, se evidencia a ambiguidade e a separação entre administrativo e pedagógico, embora o Regimento considere que o dirigente deva atuar nas esferas administrativa e pedagógica, no entanto, a direção está localizada na organização administrativa e a coordenação na organização pedagógica. (2011, p.7).

Uma possibilidade para justificar esta indefinição talvez esteja ligada ao recente surgimento do cargo na EI, como já anteriormente citado, datando de 2003 a entrada do pedagogo no mundo da Educação Infantil por ocasião da extinção da Secretaria de Ação Social e incorporação da EI à Educação Básica brasileira, no município de Curitiba (sete anos após a LDB ter feito tal indicação).

Dessa forma é preciso salientar que o pedagogo exerce sim um cargo de gestão em conjunto com a direção. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi:

A direção e a coordenação correspondem a tarefas agrupadas sob o termo *gestão*. A gestão refere-se a todas as atividades de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho, a avaliação de desempenho. (2007, p. 349, *itálico dos autores*).

A gestão não somente na EI, mas nas outras etapas da educação básica assume diferentes concepções e estilos que estão intimamente ligados as diferentes posições políticas e sociais que seus gestores apresentam, porém o modelo adotado em nossa sociedade, no que diz respeito à rede pública é o modelo de gestão democrática.(LIBÂNEO, OLIVEIRA & TOSCHI, 2007).

A gestão democrática constitui-se de uma política pública educacional que rege os sistemas de ensino público em todo o Brasil, com vistas a desenvolver um ensino

gratuito de qualidade. Neste entendimento, Libâneo, Oliveira & Toschi são enfáticos ao afirmar que:

A concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assumira sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. (2007, p. 325).

O pedagogo como gestor de um sistema democrático precisa desenvolver seu trabalho baseado no envolvimento e participação do coletivo que integra a esfera educacional dos centros de Educação Infantil. Gerir democraticamente significa dar vez e voz aos diversos atores na tomada de decisões pertinentes aquele grupo. E como gestor cabe ao pedagogo articular esse envolvimento coletivo de participação mútua.

3.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DESTINADA AO PEDAGOGO

Considerando o papel formador, mediador e articulador que o pedagogo possui, corroborando com Saviani (1985):

[...] pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É pois aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. (SAVIANI, 1985, p.27)

Por ser o responsável por coordenar os momentos de formação continuada entre os professores e educadores dos centros de Educação Infantil, com vistas a promover entre os envolvidos no cotidiano do CMEI uma prática reflexiva tanto sobre o trabalho desempenhado como conceitos mais abrangentes existentes na sociedade em

que estão inseridos, é importante que o pedagogo também passe por uma contínua formação, com o intuito de que possa exercer da melhor maneira seu papel enquanto agente formador. Em relação a isto a prefeitura de Curitiba (2012a) salienta que:

O pedagogo escolar, nesse contexto, situa-se como um profissional que precisa estar inserido no processo de formação contínua, buscando o seu próprio desenvolvimento profissional, da mesma forma que também se constitui como formador dos professores com os quais trabalha na escola. Assim, ele precisa estar atento às necessidades diferenciadas de formação dos profissionais, as quais se relacionam com a fase da vida profissional de cada um e com o processo de formação que já vem sendo desenvolvido. (CURITIBA, 2012a, p.70).

Portanto é notória a importância que deve ser dada ao caráter pesquisador que a função exige, pois para que o profissional traga ao grupo temas relevantes para discussão é preciso que de antemão ele obtenha um aporte teórico substancial sobre a prática pedagógica que tencionem momentos de formação realmente produtivos e proveitosos, onde de fato se socializa o conhecimento:

Desse modo, a proposta de formação continuada para o pedagogo, respaldada pela reconfiguração de seu papel, deve conjugar ações no sentido de lhe dar respaldo teórico e prático para que possa conseguir mudanças didático-pedagógicas qualitativas no âmbito das escolas, levando à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem. (BRECKENFELD, GUIRAUD E ROMANOWSKI, 2009, p 3621)

Porém não somente para melhor exercer seu papel como coordenador da formação dos professores e educadores, para, além disso, a formação continuada para o pedagogo se mostra como um mecanismo imprescindível para a qualificação profissional do próprio sujeito em questão, por se configurar em uma ação de aprendizagem que ocasiona a ele atualização nos conhecimentos, aprofundamento em outros, engloba diferentes metodologias que lhes servirão de experiência para a prática. (STELMACHTCHUK, 2014).

Tendo em vista os pressupostos acima descritos aos quais o exercício do trabalho do pedagogo está condicionado, concordamos com Breckenfeld, Guiraud e Romanowski, (2009) quando comentam que:

[...] os cursos de formação continuada devem subsidiar seu público alvo, neste caso os pedagogos, configurando-se na promoção de condições efetivas para instigá-los a buscar práticas transformadoras que objetivem a melhoria da qualidade de ensino e de aprendizagem nas instituições escolares. (BRECKENFELD, GUIRAUD E ROMANOWSKI, 2009, p. 3628).

Garrido (2008) afirma que o pedagogo, ou como ela mesma menciona o “professor-coordenador”, sendo uma figura isolada em sua instituição, deve ter também um espaço dedicado a ele para formação, em que possa trocar experiências, angústias, e crescer profissionalmente.

Nesta perspectiva, onde a formação do pedagogo é evidenciada, trazendo a tona o quão relevante esta se faz em sua carreira profissional, ao lhe serem conferidos instrumentos para o aprofundamento teórico para serem transformados em práxis e não apenas uma prática que se reduza à produção de resultados exigidos pelos órgãos normativos, Breckenfeld, Guiraud e Romanowski (2009) ressaltam, que:

Entendemos a formação continuada de pedagogos como uma contínua e dinâmica construção de desenvolvimento profissional e por isso também humana e institucional, orientada à transformação do coletivo escolar para que estes, em suas atividades do cotidiano, se apropriem dos conhecimentos universalmente sistematizados e alcancem, ao mesmo tempo, objetivos mais amplos, segundo o progredir dos conhecimentos universais. (BRECKENFELD, GUIRAUD E ROMANOWSKI, 2009, p. 3622).

A formação continuada do pedagogo serve como um mecanismo a suprir as carências deixadas pela formação inicial, afinal, todo profissional de qualquer área necessita estar o tempo todo em processo de atualização e aquisição de novos conhecimentos, pois a formação inicial não dá conta e nem nunca dará de todas as

demandas que se apresentam no cotidiano do exercício de suas funções. Mais ainda o pedagogo, que necessita aprimorar seus conhecimentos não apenas para ele, mas para poder gerir momentos de formação para outros profissionais.

Alves (2011, p.7) enfatiza a “[...] necessidade de investimento em sua própria formação e qualificação, indicando que o coordenador pedagógico do CMEI deve buscar solidez teórico-prática e a capacidade de aprendizagem no processo de trabalho cotidiano”.

Ainda ratificando o que já foi exposto, Waltrick (2008, p. 143, destaque do autor) ressalta que o pedagogo deve “Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando a fundamentação, atualização e redimensionamento da ação específica do Supervisor Escolar”.

Quanto ao que compete a SME da cidade de Curitiba oportunizar, no que se refere ao tempo disponibilizado para estes momentos de formação para o pedagogo, no documento Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Curitiba (CURITIBA, 2012a) estão previstas no mínimo quatro horas para participação em formação continuada em serviço para o pedagogo junto aos Núcleos Regionais de Educação (NRE's) e mais quatro horas para supervisão com o pedagogo da Educação Infantil do Núcleo Regional de Educação (NRE).

3.3 O PEDAGOGO E SEU PAPEL COMO ARTICULADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO E USO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Uma vez incorporada à Educação Básica, sendo a primeira etapa desta, a Educação Infantil passa a submeter-se às mesmas exigências de todas as outras

etapas, tendo que adequar-se às regras de todo o sistema de ensino. (WALTRICK, 2008, p.46). Uma das tantas adequações instauradas foi a implementação do princípio de Gestão Democrática da Escola Pública, que traz ao centro das discussões todos os segmentos pertencentes à comunidade escolar diminuindo a hierarquização das tomadas de decisões provenientes da divisão do trabalho. (VEIGA, 1995, p.2).

Por conseguinte veio o estabelecimento da criação do Projeto Político Pedagógico o PPP, que se mostra como um dos mais significativos mecanismos de legitimação da gestão democrática (WALTRICK 2008).

Do Latim *projecto* significa “lançado para diante”, o PPP de uma instituição de ensino como o próprio nome já diz, refere-se ao local onde está descrito aquilo que se almeja, quais as pretensões, a que se dispõe e os caminhos para que o ensino seja efetivado com qualidade, pois neste documento constam os objetivos a que este se propõe, bem como os fundamentos que sustentam suas concepções. Para Gadotti³(1994, *apud* Veiga 1995):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinada ruptura. Promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo atores e autores (GADOTTI, 1994, p.579 *apud* VEIGA, 1995, p. 1).

Dessa forma concordamos com Veiga (1998) quando ela menciona que o PPP não pode ser utilizado apenas para cumprimento de regras burocráticas, sendo redigido e arquivado, ele precisa fazer parte do cotidiano da instituição de ensino como um *locus*

³GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, Anais da conferência nacional de educação para todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

de organização do trabalho pedagógico. Para tanto é essencial que sua construção seja realizada de forma democrática, abrangendo representantes de todos os segmentos envolvidos com a dinâmica educacional, afinal nele deve estar evidenciada a identidade daquela instituição. Conforme Rodrigues (2009, p. 50) “Quando a proposta é pensar coletivamente as questões que dão intencionalidade ao fazer escolar, está se fazendo uso de uma das atribuições mais importantes da humanidade – a reflexão”. Sendo atribuição do pedagogo essa construção com a comunidade escolar, tratando-se de um trabalho de esforço coletivo “que ao articular o Projeto Político Pedagógico, igualmente inspira nos participantes da escola uma prática que congregue conhecimento, autonomia e responsabilidade pela vida em suas múltiplas dimensões”. (RODRIGUES, 2009, p. 34).

Neste sentido, a SME de Curitiba entende o PPP⁴ como um plano global que se dá na caminhada se concretizando em elemento de organização e integração da atividade prática da instituição. Nesse entendimento, cabe ao pedagogo (aliado à direção), a articulação, organização e transformação do trabalho pedagógico da escola (CURITIBA, 2012a). Entre as responsabilidades atribuídas ao pedagogo no caderno pedagógico: Subsídios à Organização do trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (2012a) está a sensibilização e mobilização da comunidade escola para a construção coletiva e democrática do PPP que atenda as especificidades da unidade escolar, coordenando e sistematizando a sua construção.

⁴Como documentos norteadores para a construção coletiva do PPP, indicam-se a Lei Federal n.º8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei Federal n.º9.394/96 – LDBEN (e a suas alterações); Lei Federal n.º11.645/08 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; resoluções e deliberações do Conselho Estadual de Educação, Conselho Nacional de educação.

Também é incumbência do pedagogo, apresentar o documento ao coletivo para reflexão e sua reformulação e atualização e revisão, bem como para validação do mesmo. Assegurando o respeito às normas legais vigentes e orientações da Coordenadoria Técnica – Estrutura e Funcionamento de Ensino (CTEFE) da SME e acompanhar todos os trâmites para a sua aprovação, conforme os prazos estabelecidos pela CTEFE. Há de possibilitar que todos os profissionais da escola tenham acesso ao PPP, para que assim possam ser efetivadas as propostas definidas pelo coletivo escolar.

Para tal construção, há procedimentos indicados pelo mesmo caderno pedagógico. Entre as necessidades, está a de propiciar momentos para estudo e construção de instrumentos, como questionários para coleta de dados sobre a comunidade e que assim subsidiem a construção do PPP.

Também se deve considerar no processo de construção do documento, as condições físicas, humanas e materiais; aspectos pedagógicos da instituição; desenvolvimento profissional docente, com a formação inicial e continuada dos professores; a definição, em conjunto com a comunidade das concepções de ser humano/criança, sociedade, educação, aprendizagem, ensino e à avaliação.

Em se tratando especificamente da Educação Infantil, Alves (2011) nos esclarece que a administração dos centros de Educação Infantil se dá de acordo com o entendimento que se tem sobre os diferentes elementos que fazem parte da dinâmica existente neles e assim sendo:

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do CMEI expressa e se fundamenta em concepções de criança, sociedade, educação, papel dos professores e da família, função da instituição educativa, interferindo em várias dimensões do funcionamento da instituição e das ações educativas. (ALVES, 2011, p.5).

Desta forma o PPP precisa estar atualizado e configurar-se de informações que corroborem com a realidade, para que o profissional pedagogo tenha subsídios concretos para exercer seu trabalho com qualidade. Segundo o documento, Diretrizes Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2013) referente ao PPP salienta-se:

Às unidades de Educação Infantil cabe definir, no seu projeto político-pedagógico, com base no que dispõem os artigos 12 e 13 da LDB e no ECA, os conceitos orientadores do processo de desenvolvimento da criança, com a consciência de que as crianças, em geral, adquirem as mesmas formas de comportamento que as pessoas usam e demonstram nas suas relações com elas, para além do desenvolvimento da linguagem e do pensamento. (BRASIL, 2013, p. 37).

Neste entendimento, de um PPP construído coletivamente, deve-se considerar toda a comunidade escolar prevendo também a consolidação da identidade dos profissionais da educação em suas relações, com premissa do incentivo à autonomia docente. (BRASIL, 2013, p.58).

3.4 O PEDAGOGO COMO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA FORMAÇÃO EM SERVIÇO, PLANEJAMENTO E REUNIÕES PEDAGÓGICAS

A formação continuada é assegurada em lei, incluída na LDB pela Lei nº 12.796 de 2013, em seu artigo 62, parágrafo único onde se garante tal formação para os profissionais da educação no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, enfatiza-se a formação inicial e continuada do professor, “[...] como compromisso integrante do projeto social, político e ético, local e nacional, que contribui para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e capaz de promover a emancipação dos indivíduos e grupos sociais”. (BRASIL, 2013, p.58).

Garrido (2008) salienta como fundamental e também complexo o processo de formação continuada em serviço, pois esta deve subsidiar, organizar e despertar a reflexão nos professores sobre as razões que justificam suas opções metodológicas, suas dificuldades. O pedagogo neste aspecto deverá estimular o processo de tomada de decisão, assim readequando, adaptando e aperfeiçoando as ações vividas. Neste sentido o coordenador pedagógico “[...] está proporcionando condições para o desenvolvimento profissional dos participantes, tornando-os autores de suas próprias práticas”. (GARRIDO, 2008, p.9).

Fusari (2008) comenta as críticas realizadas por coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, perante a retirada de educadores do seu espaço de trabalho para realização de formação, evidenciando que “[...] há uma forte tendência em valorizar a escola como o *locus* da formação contínua”. (FUSARI, 2008, p.17). Por outro lado, aponta a necessidade de que este processo ocorra também fora da escola, por se caracterizar em experiências enriquecedoras, distanciando os agentes do local de trabalho, percebendo-o assim com outro olhar. A participação dos docentes em eventos como congressos e seminários são espaços para troca de experiência, em que crescem culturalmente. “O desenvolvimento pessoal e profissional do educador deve ser considerado sempre no contexto mais amplo da cultura do país e do mundo”. (FUSARI, 2008, p.20).

Em estudo realizado sobre formação contínua, com 80 coordenadores pedagógicos na cidade de São Paulo, aponta-se que mais de 68% dos pesquisados enalteceram que a formação contínua desenvolvida tanto no espaço escolar como fora dele funcionam muito, outros 30% responderam que funciona em parte e somente 1,3% responderam funcionar pouco (FUSARI, 2008). Estes dados trazem a ideia de que a formação deve ser realizada tanto no espaço de trabalho como também em outros, externos, que acabam por proporcionar outras expectativas e vivências, como por exemplo, na universidade.

Para a implementação de projetos de formação, Fusari (2008) esclarece ser indicado que o quadro de professores seja estável, devendo estes ser contratados de forma legal e com remuneração para atuarem em atividades pedagógicas administrativas, formação contínua em serviço, além é claro, na atuação docente. Coloca-se que a responsabilidade desta formação é do Estado, mas também do educador, pois “[...] cabe a ele o direcionamento, o discernimento e a decisão de que caminhos percorrer”. (FUSARI, 2008, p.23).

Nos momentos de formação, fomenta-se a necessidade de considerar a bagagem do profissional, o que possibilita uma análise e crítica diante de suas práticas. Neste aspecto, a gestão democrática se faz necessária para que enalteça a participação dos atores, pois os espaços para a formação também devem ser destinados para estruturação, elaboração e discussão do Projeto Político Pedagógico, com comprometimento para a formação crítica do sujeito. Tais momentos devem estar previstos em calendário escolar, para que sejam percebidos como parte da prática no cotidiano e não como momentos esporádicos e sem integração. (FUSARI, 2008).

Adentrando as especificações referentes ao município de Curitiba, enfatiza-se o documento orientador para a ação pedagógica da SME (CURITIBA, 2012a), em que se afirma que no mínimo quatro horas mensais devem ser destinadas para orientação em permanências de estudo e planejamento do professor da EI. Neste mesmo caderno pedagógico, “[...] a formação é concebida como um processo que se efetiva ao longo da vida profissional [...]”.(CURITIBA, 2012a, p.70). Considerando as mudanças e transformações nas estruturas científicas, sociais e educativas que tornam os processos educativos mais complexos, a formação continuada, torna-se uma condição necessária ao exercício do trabalho educativo, uma missão orientada a responder os desafios do profissional que atua na educação.

Neste entrelaçar, devem-se atender as diversas necessidades de formação, seja para o professor iniciante ou o já consolidado em sua profissão. Segundo Nóvoa (1995, p.70) “[...] a formação continuada objetiva propor novas metodologias e colocar os profissionais a par das discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias, visando à melhoria da ação pedagógica na escola e, conseqüentemente, da educação”.

Tal formação pode ser tanto em momentos formais (cursos, palestras, seminários, congressos, Semana de Estudos Pedagógicos - SEP) como informais (cotidiano escolar), em que intencionam contribuir para o desenvolvimento profissional, contextualizados com a necessidade de cada escola e profissional. Como Fusari (2008), Libâneo também salienta que a formação também depende da responsabilidade do professor. “É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação”. (LIBÂNEO, 2008, p. 191).

Referindo-se aos momentos de formação em formato de reuniões pedagógicas com a equipe de profissionais do espaço escolar, segundo Bruno & Christov (2008), muitos professores reclamam sobre as dinâmicas dos encontros. Nestes momentos os coordenadores intencionam a ampliação do espaço de reflexão coletiva por se considerar essencial na qualificação dos professores. Em seu texto, Bruno & Christov (2008) sugestionam ações para que o tempo de reuniões favoreçam a organização de uma estrutura e rotina para os encontros de reflexão, bem como para a implementação de projeto pedagógico da escola.

Quanto à organização do tempo, as autoras salientam ser necessária organização para que todos os profissionais estejam presentes, e que estes momentos sejam conduzidos de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar, que por sua vez requerem o desenvolvimento de habilidades e metodologias com liderança. Assim assegurando e garantindo a adequação de comunicação e diálogo, na participação coletiva, acarretado o reconhecimento da prática como algo ativo, onde o professor vivencia sua formação profissional (BRUNO & CHIRSTOV, 2008).

Também se vê a necessidade da construção de um clima de confiança e que “[...] cada realidade escolar exige respostas específicas e seus desafios que podem ser elaborados nos momentos de reflexão que envolve a equipe de professores e coordenadores”. (BRUNO & CHIRSTOV, 2008, p.61). Cada realidade exige certas adaptações que devem ser pensadas diante as formas de pensar e a percepção dos sujeitos sobre a sua prática e sua função como educador/professor.

Em contexto italiano, de Reggio Emilia, a formação em serviço é parte da prática cotidiana. Filippini (1999) salienta que faz parte da responsabilidade do “pedagogista” atuar diretamente com os professores, o que possibilita a identificação de

novos temas para o treinamento em serviço visando o desenvolvimento contínuo (FILIPPINI, 1999).

Este treinamento, como cita Filippini (1999) ou a formação continuada como coloca Garrido (2008) é uma tarefa delicada, complicada, visto a formação inicial ser insuficiente para a atuação dos professores. Há ainda formas de resistência a mudanças por parte dos educadores e professores que esperam soluções fáceis. Neste entendimento, Garrido (2008, p.9) salienta que “[...] não há fórmulas prontas a serem reproduzidas”.

A formação continuada, para Filippini (1999) bem como para Fusari (2008) é enriquecida pela experiência do professor, pela sua prática, acrescida pela contínua reflexão e enriquecimento. Cabe ao pedagogo, neste contexto, promover em si e no coletivo, seja no espaço da creche ou pré-escola uma receptividade ao aprender, à mudanças, a diferentes pontos de vista, como também auxiliar os profissionais a documentarem suas práticas e projetos, para que engajem-se em suas próprias pesquisas, melhorando as habilidades em ouvir e observar as crianças (Filippini, 1999).

Contudo, há certo desconforto no ato de aprender, que gera resistência a mudança, problemática discutida por Almeida (2008). Referindo aos sujeitos, objetos da formação, afirma que “[...] sentir-se aceita, valorizada, ouvida com suas experiências, percepções, sucessos e insucessos, faz com que a ameaça seja diminuída, tornando a pessoa mais aberta à nova experiência”. (ALMEIDA, 2008, p.79). Assim, ouvir e falar estão nesta relação, pois o fato de ser ouvido traz mudança na percepção de si mesmo.

Deve-se enquanto formador, cuidar da leveza das relações, ditas nas palavras de Almeida (2008): “Quando o formador consegue levar o formando a ver as coisas que o incomodam de um novo ângulo, de outro ponto de observação e a ver, portanto, a

figura em todos os seus lados, está cuidando da leveza”. (ALMEIDA, 2008, p.80). Tendo uma visão do todo, respeitando o ritmo de cada um, ao formador é essencial que se permita aflorar o vivido pelos profissionais, pois esta é a força que move a aceitação de novas propostas, aumentando a possibilidade de releitura de experiências.

A probabilidade de sucesso na formação aumenta quando se consegue elaborar um projeto coletivo, partindo das possibilidades que os sujeitos trazem, estabelecendo relações entre os projetos pessoais e coletivos, afirma Almeida (2008).

No entanto como já citado anteriormente, se faz necessário espaços para tais experiências, “[...] para que os professores se encontrem, troquem suas vivências, reelaborem suas experiências e tenham retaguarda para implantar seus planos”. (ALMEIDA, p. 85, 2008).

Em se tratando das horas permanência o documento Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico traz claramente qual é o papel que o pedagogo deve desempenhar nesses momentos:

Realizar, em conjunto com os professores, a análise dos dados de todos os estudantes, referentes ao rendimento escolar do ano anterior (portfólio, parecer descritivo, formas de progressão, resultados da avaliação, encaminhamentos e atendimentos clínico-terapêuticos realizados pelos estudantes); Orientar o processo de planejamento, subsidiando os professores quanto aos objetivos, conteúdos, procedimentos e estratégias de ensino junto aos estudantes; Propor encaminhamentos e intervenções, sempre que necessário, auxiliando os professores a elaborar situações de ensino adequadas às necessidades pedagógicas dos estudantes; Acompanhar e avaliar a efetivação do planejamento, por meio de assessoramento ao professor nas permanências e durante as aulas, da análise dos materiais dos estudantes (portfólio, cadernos etc.) e da análise dos resultados de aprendizagem; Analisar os resultados do planejamento, buscando, em conjunto com a equipe docente, ações para aprimoramento do trabalho didático-pedagógico; Orientar os professores na seleção, elaboração e utilização dos recursos didáticos e tecnológicos; Orientar os professores na elaboração e participação em projetos e/ou visitas culturais, articulados ao planejamento de ensino. (CURITIBA, 2012a, p.82).

Sendo assim o pedagogo deve participar dos momentos de permanência juntamente aos professores e educadores, como um orientador, dando-lhes suporte na elaboração dos planos de aula, trazendo sempre para o docente a contribuição da visão do fazer pedagógico à área de ensino, conforme Libâneo:

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula. (1996, p. 127).

Estas participações nos momentos de permanência devem atender ao exposto no mesmo documento (CURITIBA, 2012a) que recomenda a dedicação de 4 horas mensais no momento de permanência dos docentes, para tanto o pedagogo precisa ter esse momento previsto em seu planejamento, pois como o funcionamento das instituições de ensino são muito dinâmicas, se ele não tiver esse compromisso como regra em sua agenda, dificilmente conseguirá participar da permanência.

3.5 O PEDAGOGO À FRENTE DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS COM EQUIPE ADMINISTRATIVA E PAIS

Conforme os documentos oficiais que norteiam as funções e atribuições do pedagogo na Educação Infantil, dentre os múltiplos encargos que este profissional possui, é responsabilidade dele também o contato com os pais e responsáveis para a realização de reuniões pedagógicas. No documento Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, atribui-se ao pedagogo a tarefa de: “Organizar reunião de pais para esclarecer o trabalho

pedagógico desenvolvido com as crianças, bem como orientá-los para a importância desse acompanhamento”. (CURITIBA, 2012a, p.44).

Dentre o planejamento das atividades desempenhadas pelo pedagogo dos CMEI' s, um período deve sempre ser destinado ao atendimento aos pais para aqueles que necessitam de um horário específico para estas reuniões, pois no geral, conforme o documento Referenciais para Estudo e Planejamento na Educação Infantil do município de Curitiba: “[...] sempre que os pais procuram o CMEI, a escola ou o CEI para tirar dúvidas, resolver questões, o pedagogo deve atendê-los (a qualquer momento do período, pois é uma questão de prioridade”. (CURITIBA, 2010 p.21). Ou seja, conforme as orientações da prefeitura no momento que os pais procurarem a instituição devem ser atendidos prontamente, para os pais que tem pouca disponibilidade de horários, então agenda-se uma reunião com eles.

Todavia é de suma importância que os pais estejam inteirados do processo de aprendizagem e de desenvolvimento aos quais seus filhos estão passando, dessa forma concordamos com Paro (2001) quando ele argumenta que “[...] a colaboração que os pais podem dar, em casa, para o processo pedagógico, pode fornecer importantes subsídios para a tomada de decisões que ensejem a inclusão de elementos facilitadores da melhoria da educação escolar [...]”. (PARO, 2001, p.67). Assim sendo, quando o pedagogo articula junto à direção e aos professores as reuniões com os pais, estas objetivam a participação destes sujeitos no processo educativo de seus filhos e não sendo apenas um repasse de responsabilidades que desobrigam a instituição de ensino de sua tarefa, pois: “O que se pretende é uma extensão da função educativa, (não doutrinária) da escola para pais e adultos responsáveis pelos estudantes”. (PARO, 2001, p. 68).

Indo no sentido contrário, quando os professores e educadores é quem precisam ter reuniões com os pais para informá-los sobre algo relacionado especificamente aos seus filhos, o pedagogo deve realizar este atendimento juntamente com o professor, conforme Waltrick (2008) cabe ao pedagogo: “Participar junto com os professores da sistematização e divulgações sobre a criança para conhecimento dos pais e em conjunto discutir os possíveis encaminhamentos”. (WALTRICK, 2008, p.143).

Havendo reuniões gerais de pais, como entrega de pareceres no fechamento dos bimestres, cabe ao pedagogo, organizar e sistematizar os assuntos a serem discutidos, participando ativamente da elaboração das pautas, elencando os itens a serem discutidos com os pais e responsáveis. (WALTRICK, 2008, p. 143).

Quanto aos demais profissionais que trabalham no CMEI, desenvolvendo atividades distintas ao trabalho docente, como a equipe administrativa, embora seja um item que possui escassa informação, os poucos documentos em que encontramos referência a este assunto asseguram ser incumbência do pedagogo realizar reuniões para informá-los a respeito de cursos de formação e capacitação ofertados pela mantenedora, ou outras entidades relacionadas ao CMEI de cunho pedagógico. Nestes momentos o pedagogo deve:

Divulgar ao corpo docente, junto com a equipe administrativa, informações sobre eventos de formação continuada oriundos de instituições externas, organizando a participação dos profissionais conforme critérios indicados pela SME, ou por outros critérios, de acordo com a orientação do NRE. Divulgar, ao corpo docente junto com a equipe administrativa, informações sobre o Projeto Escola & Universidade. (CURITIBA, 2012, p. 75).

Compete ao pedagogo ser um mediador entre os vários sujeitos que atuam no ambiente do CMEI, articulando sempre o papel desempenhado por cada um com o fazer pedagógico a que se destina a instituição de Educação Infantil.

Sendo esta a fundamentação teórica e a indicação dos documentos oficiais que contribui para o desenvolvimento e melhor entendimento do trabalho do pedagogo na Educação Infantil, sustentando o trabalho pedagógico, que posteriormente irão dialogar com os dados obtidos na pesquisa de campo.

A seguir apresentaremos o modo como se deu a metodologia de pesquisa do trabalho proposto desde a fase inicial de construção do mesmo, até a análise dos resultados obtidos.

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Nosso interesse pelo tema esteve pautado primeiramente na necessidade de preencher certas lacunas, referentes ao real papel desempenhado pelo pedagogo dentro das unidades de Educação Infantil. O primeiro passo para efetivação do projeto foi o levantamento bibliográfico realizado nos diversos bancos de dados a fim de colher material para a fundamentação do mesmo. Posteriormente aprofundamos o aporte teórico especificamente sobre a atuação do pedagogo na Educação Infantil, juntamente com a legislação e políticas públicas municipais e federais voltadas ao atendimento desta etapa da educação básica.

O presente estudo tem cunho qualitativo, Segundo Lüdke & André (1986), esse tipo de estudo caracteriza-se por ocorrer no ambiente natural como sua fonte direta de dados e usa o pesquisador como principal instrumento, o que supõe um contato direto entre objeto e objetivo do estudo. Para caracterizar uma pesquisa qualitativa, os dados coletados devem por si, serem na sua maioria descritivos, pois todos os dados que partem da realidade são relevantes. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986). A preocupação maior se dá com o processo em relação ao produto, o cotidiano escolar a ser retratado nestas

pesquisas se faz foco especial do pesquisador, bem como os significados que as pessoas dão às coisas. Neste sentido o pesquisador tenta captar a perspectiva dos participantes.

Executada a coleta dos dados e dando continuidade, partimos para a análise das respostas. Cotejamos os dados levantados com os estudos já realizados sobre o tema em outras cidades da nação como: Rio de Janeiro (KRAMER, 2006), Florianópolis (WALTRICK, 2008), Goiânia (ALVES, 2011). Do mesmo modo, contrapondo as informações levantadas com outros estudos referenciais da área como Filippini (1999), Fusari (2008), Kuhlmann Jr. (2000), Sebastiani (1996), entre outros. Utilizamos também documentos oficiais do município e do país como a CF/88, o ECA, a LDB, as DCMEI, entre outros.

4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Como instrumentos para levantamentos de dados, optamos por utilizar entrevistas e questionários. Conforme cita Costa (2005, p.355) “Uma das técnicas mais comuns, econômicas e simples de pesquisa social é o questionário”. Esta ferramenta constitui-se de um ótimo meio para quantificar determinados aspectos de forma bastante específica. Porém a autora salienta alguns cuidados que devem ser tomados na elaboração de um questionário, “As perguntas devem ser fáceis, claras e conexas, e não devem induzir, por seu encadeamento lógico, a resposta esperada pelo investigador”. (COSTA, 2005, p.355). Ainda em relação à pesquisa quantitativa Knechtel (2014, p.92) nos esclarece que “Na abordagem quantitativa, a objetividade é

garantida pelos instrumentos e pelas técnicas de mensuração, bem como pela neutralidade do pesquisador ante a investigação da realidade”. Neste sentido a aplicação dos questionários se constitui de uma ferramenta válida para o nosso estudo considerando a possibilidade de medir-se em números alguns dados importantes para nossa pesquisa de forma objetiva e direta.

Para a entrevista segundo Lüdke & André (1986, p.33) é necessário se atentar para a interação que está intrínseca à entrevista, “[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. O que se diferencia de um questionário, por exemplo, onde há certa relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado. Assim, o método de entrevista que se propõe são entrevistas não totalmente estruturadas, pois a ordem das questões não se deu de forma rígida, favorecendo um clima de estímulo e aceitação mútua, as informações fluíram de maneira natural.

Lüdke & André (1986, p.34) também apontam vantagens das entrevistas relacionando com os questionários, pois permitem a “[...] captação imediata e corrente da informação desejada [...]”. Este método também permite adequações, esclarecimentos, sendo esta, é claro, baseada em questionário semiestruturado.

Os autores assim enfatizam que “Parece-nos claro que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados”. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.34). Entretanto continuam salientando que este método requer cuidado e certas exigências, inicialmente um grande respeito pelo entrevistado (cumprimento de acordos, como horário e local de entrevista, garantia de sigilo, utilização de vocabulário adequado para o nível de instrução do informante). Além do respeito, é necessário que

se desenvolva por parte do entrevistador grande capacidade de ouvir e de estimular o fluxo natural de informações. “Essa estimulação não deve, entretanto, forçar o rumo das respostas para determinada direção. Deve apenas garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para se expressar livremente”. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.34).

4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E PARTICIPANTES PESQUISADOS

A realização do estudo de campo se deu no município de Curitiba, mais especificamente na regional do Cajuru (ver Anexo I, segundo Curitiba, 2008a), sendo efetivado em um CMEI e um CEI conveniado à rede municipal de educação da cidade. Escolhemos a Regional do Cajuru por uma questão de localização e optamos por um CEI e um CMEI para investigarmos se e quais diferenças uma instituição que é totalmente pública teria da outra que é privada, porém também custeada pela prefeitura sem a participação dos pais no pagamento de mensalidades

. O CEI pesquisado tem 121 crianças matriculadas com idades entre 2 e 5 anos e para atendê-las 12 professoras em período integral. No CMEI são 150 crianças em 6 turmas, entre 0 e 5 anos, com duas professoras em período vespertino e 15 educadoras em período integral.

Segundo dados do IPPUC do ano de 2012 (CURITIBA, 2012b), o município de Curitiba possuía 189 CMEI' s, sendo 21 na regional do Cajuru. Em relação aos CEI' s conveniados, os últimos dados disponíveis são de 2008 em que na cidade havia um total de 81, sendo que na regional em questão estavam 17.

Para coleta de dados os participantes envolvidos na pesquisa foram uma pedagoga e uma diretora de cada instituição, com as quais foi feita entrevista. O preenchimento do questionário foi realizado pelas professoras e educadoras de ambas as instituições. De um total de vinte e cinco questionários entregues, retornaram dez, sendo estes respondidos por quatro professoras e seis educadoras.

No CEI foram entregues doze questionários para que as professores respondessem, destes somente quatro nos foram devolvidos respondidos, no entanto não em sua totalidade. Neste aspecto é importante salientar que a pedagoga solicitou a responsabilidade de entregá-los e recolhê-los para nos devolver em outro momento. Assim atribuímos a pouca devolutiva em partes pela impossibilidade de contato com as professoras imposta pela pedagoga, pois não obtivemos autorização para dar a explicação adequada, bem como a justificativa e objetivos do estudo em questão, também acreditamos que o possível receio de que a pedagoga teria a possibilidade de ler suas respostas influenciou na devolutiva dos questionários.

Em relação às entrevistas no CEI realizaram-se com a pedagoga e a diretora em dois momentos. No primeiro encontro, em que entrevistávamos a pedagoga, esta precisou sair com urgência, assim reagendamos para outro dia em que a concluímos e pudemos realizar com a diretora. É importante salientar que a pedagoga esteve presente em todo o momento em que se deu a entrevista com a diretora, o que possivelmente comprometeu as interpretações e respostas da diretora perante as questões referentes ao trabalho realizado pela pedagoga no CEI. Ambas não nos autorizaram a gravação do áudio, mesmo sendo explicado que o áudio não seria divulgado assim como as informações referentes à identificação do CEI, que a intenção

em gravar era única e exclusivamente para fim de auxílio no registro das informações, como uma forma de memória auxiliar.

Já no CMEI, as entrevistas com a pedagoga e diretora deram-se na mesma manhã. Ambas nos atenderam prontamente para responder às questões. Primeiramente deu-se a entrevista com a pedagoga, que ao encerrar a entrevista precisou ausentar-se, nos deixando a sós com a diretora para que esta passasse pelo processo da entrevista. Ambas permitiram a gravação do áudio. Neste mesmo dia, no período da tarde, no horário do lanche das educadoras e professoras fizemos a abordagem no refeitório solicitando pessoalmente a cada uma delas o preenchimento do questionário. Nosso contato com elas foi autorizado de forma bastante facilitada, onde pudemos ficar à vontade para aproximar-nos delas. Das vinte e duas professoras e educadoras com as quais conversamos, treze aceitaram participar do estudo, destas apenas seis efetivamente responderam, porém alguns também incompletos, nos entregando em mãos na semana seguinte.

4.4 PROCEDIMENTOS

Anteriormente às entrevistas e aplicação de questionários, fora necessário estabelecer contato solicitando autorização às mantenedoras. No caso do CEI conveniado, o processo se deu de forma menos burocrática, pois houve inicialmente contato telefônico solicitando a participação no estudo e feita somente uma visita ao local, o qual fomos prontamente autorizadas. No caso do CMEI, o processo deu-se de forma mais arrastada, pois necessitamos consultar a SME de Curitiba inicialmente via

e-mail, que solicitou o projeto, carta de solicitação, roteiros de entrevistas e questionários, para análise e posterior consentimento do estudo. Com a autorização em mãos, deu-se o contato telefônico e visita ao Centro Municipal de Educação Infantil, que nos recebeu prontamente, agendando a data das entrevistas e coleta de dados. Ao todo desde o pedido de autorização até a efetivação da coleta de dados, passaram-se cerca de quatro meses.

Uma vez autorizada a nossa ida a campo por parte de ambas as instituições, com as professoras e educadoras optamos por aplicar questionários com questões objetivas e subjetivas num total de trinta perguntas(ver apêndice I). Com as pedagogas e diretoras as entrevistas utilizando como norte um roteiro com questões semiestruturadas (ver apêndice II e III).

No CMEI todas as participantes da pesquisa foram informadas pessoalmente sobre o caráter do trabalho, sendo esclarecidas que as identidades seriam resguardadas e que os dados coletados seriam usados única e exclusivamente como recurso acadêmico para a elaboração do trabalho de conclusão de curso das alunas pesquisadoras concluintes do curso de pedagogia. No caso do CEI, como foi a pedagoga quem solicitou a responsabilidade de entrega-los, não podemos afirmar como ou se foi dado tal esclarecimento. Feita a adesão, as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (ver apêndice IV), autorizando o uso das informações para os fins antes mencionados.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados analisados serão divididos em três partes, primeiramente serão tratados os dados coletados através da aplicação de questionários com as professoras e educadoras⁵ do CMEI e CEI, após serão analisados os dados obtidos através de entrevista com as pedagogas e diretoras dos dois estabelecimentos de ensino pesquisados. Concluiremos o capítulo realizando uma reflexão, uma análise geral do trabalho desenvolvido pelas pedagogas nas duas unidades, as similaridades e desencontros na função.

5.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS PROFESSORAS E EDUCADORAS

5.1.1 Perfil das participantes

Os dados apresentados a seguir caracterizam o perfil das participantes pesquisadas. O total de 9 questões enumeradas de 1 a 9 referem-se ao: sexo; idade; cargo; formação acadêmica; função; tempo na função; tempo na instituição; situação trabalhista e faixa salarial bruta.

⁵ A diferenciação entre professor e educador advém do período em que, na EI, o binômio cuidar e educar aconteciam separadamente, o cuidar era realizado pelos educadores e o educar pelos professores. Hoje em dia, embora na prática professores e educadores realizem funções semelhantes, ainda existem diferenças entre um profissional e outro. As principais são: carga horária, a qual o concurso para professor é de 20 horas semanais e para educador são 40 horas semanais; remuneração salarial, que em média a do professor é o dobro da remuneração do educador; o nível de escolaridade mínimo exigido, para professor é nível superior, para educador o mínimo é o magistério.

Das 10 pessoas que participaram da pesquisa devolvendo o questionário preenchido, 6 são do CMEI e 4 do CEI, todas as respondentes são do sexo feminino, dado este que vai ao encontro das informações levantadas pela pesquisa realizada pela FCC (2012), e por outras, que apontam que o quadro do magistério no Brasil é predominantemente formado por mulheres, principalmente nas primeiras etapas da educação básica.

Na Tabela 1 encontram-se informações referentes à faixa etária das participantes, sendo estas com idades entre 18 e 47 anos. No CMEI uma das participantes não declarou, para as demais, as idades variaram entre 18 e 47 anos. No CEI as idades declaradas estavam entre 30 e 46 anos.

Tabela 1: Idade das participantes.

| Idade | Respondentes |
|-------|--------------|
| 18/25 | 1 |
| 26/30 | 3 |
| 31/35 | 0 |
| 35/40 | 3 |
| 41/45 | 0 |
| 46/50 | 2 |

Quanto ao cargo ocupado, no CEI, uma é professora auxiliar e as outras 3 se declararam professoras. No CMEI todas as respondentes atuam na função de educadoras.

Em relação à formação acadêmica, verificou-se que dentre as educadoras do CMEI, uma possui magistério e está cursando pedagogia, uma já concluiu pedagogia e está realizando especialização em psicopedagogia, uma possui formação em Serviço Social com especialização em metodologia do trabalho com famílias, 3 não informaram. No CEI, uma possui magistério e graduação em Terapia Ocupacional, uma tem apenas magistério e uma tem graduação em pedagogia, uma não informou. Observa-se que existe uma diferença muito grande entre as respondentes nesta questão, pois uma delas possui apenas formação em nível médio, ou seja, magistério, e duas possuem pós-graduação.

Em relação ao tempo de atuação na função e tempo de atuação na instituição pesquisada, pudemos constatar que se trata de algo bem variado, sendo que a mais nova está atuando na função há 4 meses e a mais antiga há 23 anos. Em relação ao tempo de atuação na instituição variou de um mês a 22 anos. A metade declarou estar na função há mais de 8 anos, uma das educadoras do CMEI não respondeu a esta questão. Podemos visualizar os dados através do Quadro1:

Quadro 1: Tempo de atuação na função e tempo de atuação na instituição.

| Respondente (R) | Tempo atuação na função | Tempo de atuação na instituição |
|-----------------|-------------------------|---------------------------------|
| R1 | 23 anos | 22 anos |
| R2 | 10 anos | 3 anos |
| R3 | 9 anos | 3 anos |
| R4 | 8 anos | 8 anos |
| R5 | 8 anos | 3 anos |

| | | |
|-----|---------------|---------|
| R6 | 3 anos | 1 ano |
| R7 | 3 anos | 1 mês |
| R8 | 1 ano | 3 meses |
| R9 | 4 meses | 4 meses |
| R10 | Não respondeu | 4 anos |

Esta informação nos traz uma reflexão importante acerca da estabilidade de trabalho. Neste sentido, retomando a importância da formação contínua dos profissionais, Fusari (2008) salienta que a forma de contrato bem como a jornada de trabalho pode favorecer a implementação de projetos voltados para a formação contínua.

Relacionando a formação acadêmica com o tempo de atuação percebe-se que mesmo tendo vários anos de atuação na Educação Infantil, algumas das respondentes possuem apenas a formação mínima exigida, ou seja, a formação em nível médio no curso de magistério, como consta nos documentos oficiais da prefeitura de Curitiba, de acordo com a Deliberação 02/2012, “Art. 19. Para atuar na Educação Infantil, o professor deverá ter formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em instituição de ensino superior, admitida como formação mínima a oferecida no ensino médio, na modalidade normal”. (CURITIBA, 2013a, p. 7).

Todas as entrevistadas do CMEI declararam trabalhar 40 horas semanais e serem concursadas. Destas, 5 educadoras ganham entre 1.700,00 a 2.700,00 reais, uma ganha de 2.701,00 a 3.200,00 reais, esta educadora é a mais antiga na instituição e na função (23 anos como educadora, 22 anos no CMEI). No CEI a carga horária é de

44 horas semanais e todas são contratadas em regime CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Dentre elas, 3 professoras ganham de 801,00 a 1.200,00 reais e uma de 1.201,00 a 1.700,00 reais, sendo esta a professora que atua há mais tempo no CEI (8 anos).

Nota-se que existe uma diferenciação salarial muito grande de uma instituição para a outra, a faixa salarial inicial das educadoras do CMEI é no mínimo quinhentos reais maior que o teto da maioria das professoras do CEI. Há discrepâncias ainda quando comparado o salário da professora do CEI que atua na instituição há mais tempo, estando na instituição há 8 anos e a faixa salarial sendo também inferior ao mínimo declarado pelas educadoras do CMEI. Vale ressaltar que a carga horária semanal também é diferente, no CEI elas trabalham 44 horas semanais e no CMEI 40 horas semanais, ao longo do mês são 12 horas a mais de trabalho executadas pelas professoras da rede conveniada.

5.1.2 Papel do Pedagogo segundo educadores e professores

As questões a seguir referem-se à visão que as profissionais do magistério possuem sobre o seu trabalho articulado ao trabalho desempenhado pela pedagoga na instituição, os assuntos abordados no questionário fazem menção à: permanência; participação da pedagoga nas permanências (se e como ela participa); formação continuada (se existe, qual a periodicidade, quais os temas e quais as modalidades); se existe rotatividade de pedagogas na instituição; o que faz a pedagoga; reuniões pedagógicas (se existem, qual a periodicidade, horários, assuntos discutidos);

problemas enfrentados que a pedagoga poderia ajudar a resolver e por fim uma questão aberta para livres comentários. Totalizando um conjunto de 21 questões enumeradas de 10 a 30.

Duas questões que se relacionavam foram invalidadas, pois a maioria dos respondentes não apresentou respostas passíveis de compreensão, talvez por problemas na formulação.

Em referência ao tempo destinado à permanência (formação, estudo, elaboração de planejamentos, produção de recursos didáticos), no CMEI, a maioria das educadoras informou que “*deveria*” ocorrer num período de 8 horas semanalmente, destinadas à elaboração de planejamento e estratégias de ensino, produção de recursos, organização de materiais, preenchimento de pareceres. Contudo, 3 delas apontaram que estes momentos não têm ocorrido com a periodicidade devida, uma delas informou que tem realizado a cada duas semanas e 2 dizem dedicar 8 horas semanais à permanência.

Em relação à mesma questão, todas as professoras do CEI informaram que são dedicadas 8 horas mensalmente em um sábado, onde é feito estudo pedagógico, formação em serviço, elaboração de 4 roteiros semanais para serem aplicados no decorrer do mês, produção de materiais e reunião com a diretora.

A Deliberação 02/2012 do Conselho Municipal de Educação em seu artigo 5º, estabelece que as instituições de Educação Infantil serão ofertadas na rede pública e privada e esclarece que dentre as instituições privadas estão incluídas as instituições conveniadas e que todas elas serão regidas pelo Sistema Municipal de Ensino de Curitiba - SISMEN e que serão normatizadas pelo conteúdo da referida deliberação, ou seja, todas as instituições precisam estar de acordo com o documento citado. No que

concerne ao tempo destinado à permanência, para os profissionais do magistério (aqui não se enquadra os educadores) a deliberação 02/2012 traz o seguinte: “Art. 23. A instituição garantirá carga horária semanal destinada a estudos e planejamento pedagógico para os professores de acordo com a legislação vigente”. (CURITIBA, 2013a, p.8). A este respeito, a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério faz a seguinte determinação: “§ 4º—Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. Com base nestas informações podemos observar que no CEI não vem ocorrendo da maneira como determina a legislação, pois as docentes trabalham 44 horas semanais onde deveriam ter assegurado o direito a 33% de hora permanência ao mês, realizam somente 8 horas mensais que é praticamente 5% apenas. No caso do CMEI a situação é um pouco diferente, pois as educadoras não se enquadram, pela legislação atual, como profissionais do magistério, uma das causas das várias reivindicações feitas pela classe que encontra-se em forte discussão com a PMC para terem melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária, aumento salarial e valorização da categoria, bem como o percentual de 33% de hora permanência. Atualmente, para educador, o horário de permanência seria de oito horas semanais, que também não vem ocorrendo, possivelmente pela falta de profissionais na instituição.

Na questão 13 as respondentes foram questionadas se a pedagoga participa dos momentos de planejamento fora de sala. Das educadoras do CMEI, 4 responderam que ela quase nunca participa, uma respondeu que ela nunca participa e uma respondeu que ela participa às vezes. Já no CEI a resposta unânime foi que a

pedagoga participa sempre, contudo reiteramos que estes momentos ocorrem somente uma vez por mês e em um sábado não letivo.

Quando questionadas sobre a forma como a pedagoga participa dos momentos de permanência, no CMEI, uma não respondeu, as outras 5, ou seja, a maioria respondeu que ela só participa quando solicitado ou quando há alguma informação nova a ser repassada. Em relação ao CEI, apenas uma das respondentes colocou informações pertinentes aos momentos de permanência, as outras 3 não compreenderam a questão, fazendo referência ao modo de participação da pedagoga no dia a dia.

No que tange ao papel do pedagogo em relação ao horário de permanência conforme exposto anteriormente na fundamentação teórica a ajuda do pedagogo nos momentos das permanências é essencial para que o professor desenvolva um planejamento adequado, pois o pedagogo assume o papel de orientador, o qual propicia a associação do saber pedagógico à área do conhecimento a ser trabalhada em sala, bem como auxilia na organização de materiais, instrumentos e técnicas para tal finalidade.(LIBÂNEO, 1996, p.127). Contudo, isso parece não estar sendo assegurado nos espaços pesquisados.

Quando questionadas sobre a formação continuada, as profissionais de ambas as instituições, em sua grande maioria (7) responderam que a pedagoga propõe formação continuada, 2 responderam que não e uma não respondeu. O que difere o CMEI do CEI é a periodicidade, sendo que no CMEI as que responderam que a pedagoga propõe formação continuada informaram que estes momentos ocorrem semestralmente. Uma das educadoras que respondeu que não ocorre está na instituição apenas há um mês, então possivelmente não teve oportunidade de participar

por ser um encontro que ocorre uma vez a cada semestre. No CEI a formação é mensal, pois no mesmo dia elas realizam todas as atividades pedagógicas possíveis (planejamento, formação, reunião).

A este respeito a Deliberação 02/2012 traz: “Art. 24. A instituição promoverá, sob a coordenação pedagógica, o aperfeiçoamento dos profissionais de Educação Infantil em exercício, de modo a viabilizar formação continuada em serviço”. (CURITIBA, 2013a, p.8). São várias as contribuições teóricas que permeiam esta temática, podemos fazer uma síntese do que outrora já foi exposto, a este respeito. Quando articula a formação em serviço o pedagogo possibilita o desenvolvimento do profissional do magistério tanto no âmbito da docência como da própria vida pessoal, estes momentos devem ocorrer principalmente no espaço da instituição, porém não somente nele, mas propiciar aos educadores e professores momentos de formação em outros locais que agreguem conhecimento cultural e externo ao local de trabalho. Os momentos de formação despertam a reflexão e a participação democrática dos sujeitos envolvidos

Na questão 17 as participantes foram questionadas sobre quem propõe o tema da formação. No CMEI as respostas foram diversas, variando entre educadores/professores, pedagogo, secretaria/núcleo, diretor. No CEI as respondentes afirmaram ser a pedagoga quem propõe os temas. Neste sentido relembremos a colaboração de Almeida (2008) sobre a importância dos professores e educadores também trazerem os temas para os momentos de formação, pois dessa forma aumenta-se a garantia do sucesso nestes encontros.

Quanto à modalidade de formação oferecida, no CMEI apareceram várias categorias: orientações técnicas; palestras; reuniões; SEP; sábado pedagógico. No CEI

apenas 2 responderam, sendo que uma citou grupo de estudo, e a outra reafirmou grupo de estudo complementando com oficinas. Neste quesito, o quanto mais diversas forem as modalidades mais interessantes serão para os profissionais da educação e conseqüentemente os estimulará ainda mais na elaboração de seus planos de aula e na aplicação em sala com as crianças conforme citação.

Sobre a rotatividade de pedagogos na instituição nos últimos dois anos, no CMEI passaram 2 pedagogas. No CEI, 3 delas informaram que foi somente uma pedagoga, uma das respondentes colocou que foram 2. No entanto em entrevista com a diretora e com a pedagoga, fomos informadas que a atual pedagoga está na instituição desde o começo do ano, pois a anterior solicitou licença maternidade e em seu retorno foi remanejada, sendo assim nos dois últimos anos, atuaram no CEI 2 pedagogas. Acreditamos que a resposta diferente tenha se dado por incompreensão da questão, pois talvez o que elas quisessem expressar é que houve a mudança apenas uma vez, logo, passaram pelo CEI 2 pedagogas.

A questão 20 pergunta acerca do que faz o pedagogo daquela instituição. No CMEI, as respostas obtidas foram:

“Organiza as permanências, corrige os pareceres, conversa com as famílias”;

“Orientação no trabalho pedagógico”;

“Conversa com as famílias (quando necessário), faz quadro de permanência”.

No geral dizem que a pedagoga organiza o trabalho pedagógico. Porém uma resposta nos chamou muito a atenção e possivelmente se deve as saídas da pedagoga para reuniões, atrelado ao fato de seu horário de trabalho no CMEI ser somente no

período da manhã, a frase foi a seguinte: *“Faz apenas atividades burocráticas, e não dá nenhum auxílio para os educadores”*.

A mesma questão obteve as seguintes respostas das professoras do CEI:

“Nos orienta quando precisamos”;

“Orientação, ajudar em sala quando falta professor”;

“A pedagoga nos traz conhecimento que ela adquiriu, mostra o que é importante no dia a dia das crianças e o que podemos oferecer pra elas”;

“Orienta com relação ao planejamento, participa em sala, faz intervenções com as crianças, traz novidades, ideias, etc.”.

No geral, dizem que a pedagoga possui um papel de orientadora da prática pedagógica.

O pedagogo deve ser aquele que tem como foco principal e eixo norteador do seu trabalho a garantia da qualidade das práticas educativas tendo sempre em vista a indissociabilidade do cuidar e do educar, as duas facetas que caracterizam vigorosamente a Educação Infantil. Sendo o ponto de apoio para os professores e educadores, além de ser o elo entre as famílias, os profissionais do magistério, a mantenedora, a equipe diretiva e administrativa e a comunidade. Deve trabalhar de modo a garantir sempre que haja um sistema democrático na tomada de decisões referentes a unidade onde trabalha e como instrumento principal na disseminação da democracia estar o uso e implementação de um PPP real.

Na percepção das participantes sobre o que a pedagoga poderia fazer e não o faz, quanto ao CMEI, a metade (3) afirma que a pedagoga deveria estar mais presente e que a jornada de quatro horas diárias não é suficiente, ela deveria ficar o dia todo na instituição. Porém a ausência da pedagoga deve-se ao fato de suas saídas serem

justificadas por determinação da própria SME, que impõe a realização de cursos de formação e participação em reuniões dentro da carga horária de 20 horas semanais, que é uma normatização da rede municipal de Curitiba o que não caracteriza culpa da pedagoga em ausentar-se ou ficar apenas meio período. Distintas a estas respostas a outra metade (3) das educadoras responderam que o que a pedagogo deveria fazer e não o faz é:

“Orientação durante a permanência”;

“Indicação de cursos”;

“Auxiliar as educadoras na realização de planos e sequências didáticas”.

A justificativa dada pela maioria (5) em relação ao motivo do impedimento em realizar as atividades acima elencadas é a falta de tempo, ou a ausência da pedagoga na instituição. Apenas uma foi um pouco mais longe, dizendo que o que impede a pedagoga de realizar as atividades é *“força de vontade”*. Ou seja, ela acredita que a pedagoga não desempenha seu trabalho de maneira satisfatória por não querer.

Já no CEI, em relação à questão sobre quais atividades o pedagogo deveria desempenhar e não o faz, 3 professoras não responderam, ou seja, a maioria. A única que respondeu colocou que: *“Acredito que já é feito tudo que há possibilidades para que ela realize”*.

Acreditamos que a omissão desta questão, bem como a única resposta dada, tenha sido influenciada pelo fato de a própria pedagoga ter sido a pessoa que entregou e recolheu os questionários. Assim interpretamos como um possível medo de retaliação.

No que se refere às reuniões pedagógicas, 100% respondeu que ocorrem no formato grupal, ou seja, com várias participantes juntas. Já em relação à periodicidade, no CMEI houve uma grande divergência nas respostas, apenas 2 concordam que ocorrem bimestralmente, as demais, cada uma informou um dado diferente. No CEI a resposta foi que ocorre mensalmente. Conforme expõe o Quadro 2:

Tabela 2: Periodicidade das reuniões pedagógicas

| PERIODICIDADE | CMEI | CEI |
|-----------------------------|------|-----|
| Semestral | 2 | - |
| Deveria ser semanal | 1 | - |
| Bimestral | 1 | - |
| Só tive uma reunião com ela | 1 | - |
| Quando é possível | 1 | - |
| Mensal | - | 4 |

Acreditamos que a grande divergência de respostas se deu porque a questão não foi bem compreendida, é provável que as educadoras tenham confundido reunião pedagógica com permanência.

Todas as respondentes do CEI e do CMEI afirmaram que as reuniões pedagógicas são obrigatórias, a maioria (7) indicaram ocorrer nos finais de semana, 2 colocaram que ocorrem no horário de trabalho e uma marcou ambas as respostas (ocorrem no horário de trabalho e finais de semana).

Dos assuntos tratados nas reuniões pedagógicas, no CMEI uma das educadoras não respondeu, as demais educadoras trazem assuntos variados, porém

que giram em torno da equipe e do bem estar das crianças. No CEI o assunto mais recorrente foi planejamento:

Quadro 2: Assuntos tratados nas reuniões pedagógicas

| CMEI | CEI |
|--|---|
| “Todos referentes ao interesse do momento. Planejamentos, pareceres, envolvimento dos grupos ”. | “Sobre a turma, sobre o cuidado das crianças, o brincar, sobre o planejamento do mês entre outros assuntos”. |
| “Todos os assuntos sobre as crianças e orientações pedagógicas”. | “Assuntos de planejamento ”. |
| “Assuntos pertinentes ao bem estar das crianças , do grupo ”. | “ Planejamento e assuntos que ocorrem durante o mês de trabalho”. |
| “Assuntos propostos pela equipe ”. | “ Planejamento , postura profissional, estratégias de trabalho em sala de aula”. |

No CEI os assuntos se confundem nas respostas das pesquisadas, pois como já fora mencionado, tudo ocorre em um só dia, então no mesmo dia em que são feitos os planejamentos também são dadas orientações pedagógicas das mais distintas possíveis.

Vale ressaltar que o pedagogo nas reuniões pedagógicas deve propiciar um clima de confiança para que os envolvidos exerçam seu direito de vez e voz com tranquilidade, as reuniões devem ocorrer em momentos que a maioria do quadro de profissionais possa participar e estarem motivados a aprenderem coisas novas que favoreçam a prática docente.

Quando o assunto foi o PPP, a metade (5) declarou não ter participado da elaboração do mesmo, 3 não responderam, uma diz que participou da sua atualização

quando proposto nas reuniões pedagógicas, e apenas uma (educadora do CMEI) diz ter participado da elaboração do documento. Esta comenta: *“Fiz parte da elaboração, ele existe, mas é pouco utilizado. É um documento que fica mais guardado”*.

Outro comentário interessante foi de uma das professoras do CEI, a única respondente da questão: *“O PPP foi visto algumas vezes, pelo que sei foi outra pedagoga que o fez, não houve participação minha na sua construção”*.

A resposta da professora mostra que o PPP é tratado praticamente como um elemento estranho, quando ela alega que ele **foi visto**, denuncia o quão distante o documento está da realidade das docentes. Nenhuma delas traz em suas respostas a importância que o documento tem, pois o PPP como o próprio nome já diz, é um projeto, e um projeto pressupõe o estabelecimento de metas e a forma como atingi-las, cabendo ao pedagogo trazê-lo sempre que possível para ser revisitado e executado. Em nenhum dos questionários é evidenciada a responsabilidade do pedagogo em utilizar o PPP, sendo que esta é uma das principais funções a ele destinadas e sendo este documento o principal instrumento de validação da gestão democrática.

Na questão referente aos problemas enfrentados na instituição que a pedagoga poderia auxiliar para tentar resolvê-los, no CMEI, as educadoras mencionaram a dificuldade em elaborar os planos; problemas envolvendo as famílias; falta de permanência; falta de material; problema estrutural; falta de profissionais. Uma delas respondeu que no momento não tem nenhum problema que a pedagoga possa ajudar.

No CEI somente uma professora respondeu, afirmando que: *“Já conto com a ajuda da pedagoga em meu trabalho, problemas do cotidiano”*. Nota-se que em relação às respondentes do CMEI, no geral elas não possuem uma diferenciação do que está ao alcance do pedagogo realizar e o que não cabe a ele resolver. Verifica-se que não

existe um entendimento por parte das educadoras de que muitos dos problemas enfrentados, principalmente a ausência do pedagogo no CMEI, bem como a falta de educadores, não cabe ao pedagogo resolver, pois é uma questão de política municipal, da configuração institucional da SME de Curitiba, pois não há permanência por falta de profissionais, devido a falta de concursos públicos e a nomeação de novos funcionários. As saídas constantes do pedagogo são por exigência da mantenedora para realização de cursos de formação. A carga horária diária é normatizada também pela mantenedora. Avalia-se que a queixa das educadoras referente ao tempo de permanência da pedagoga no CMEI não é uma problemática que a própria pedagoga pudesse resolver, pois vai além dos seus poderes. No CEI a carga horária da pedagoga não é uma problemática, pois ela faz 44 horas semanais, ficando o dia todo na instituição.

Já a ausência de respostas das professoras do CEI, bem como a única resposta dada em relação aos problemas enfrentados que a pedagoga poderia tentar resolver, mostra-se um dado alarmante, pois o conjunto das respostas dadas é reflexo possivelmente da condição trabalhista das professoras, que são contratadas em regime CLT, ou seja, não possuem estabilidade como as servidoras concursadas da rede. Como agravante para tais falas do CEI foi o fato de a pedagoga ter entregado e recolhido os questionários, o que pode ter influenciado na decisão em responder algumas questões, bem como nas respostas dadas.

Acreditamos que esta omissão possa esconder um receio frente a um possível prejuízo salarial, empregatício, ou até mesmo o de sofrer alguma forma de assédio moral. Uma fala que nos chamou atenção e que corrobora com esta situação, foi quando solicitamos à pedagoga a aplicação dos questionários às professoras, em que

esta nos respondeu: *“Não sei se elas vão responder, as coisas que eu entrego elas respondem, porque se não eu desconto do salário delas”*, explicando fazer parte da avaliação de produtividade das docentes.

A última questão tratava-se de um espaço aberto onde as participantes poderiam expor livremente os comentários que desejassem sobre o trabalho delas articulado ao trabalho do pedagogo. Dos 10 questionários, apenas 4 responderam, sendo 3 educadoras do CMEI e uma professora do CEI. A única respondente do CEI fez a seguinte manifestação: *“Gosto muito do processo que a pedagoga utiliza no planejamento. Sempre quando precisamos ela nos auxilia”*. Quanto ao CMEI as respostas foram:

“O pedagogo é peça fundamental para o trabalho do educador, porém o tempo de quatro horas é pouco, para que ele possa resolver os problemas. Sem contar com as saídas que são muitas. assim o contato com a mesma fica prejudicado”;

“Em minha experiência profissional com a nossa pedagoga ainda não houve nada que desabone suas atividades relacionadas a nos manter informados e esclarecimento dúvidas. Quando não sabe se informa e dá retorno mais tarde”;

“O pedagogo deve ser o ser pensante da instituição, aquele que todos tem a liberdade de procurá-lo, para fazer seus fins do ofício. Pena que nem sempre todo pedagogo é igual”.

Esta última exposição mostra uma visão preocupante da educadora respondente, ela parece considerar-se uma mera executora, não se colocando como um ser que também é pensante e que reflete sobre a sua prática. Acreditamos que o discurso da jovem possa estar atrelado a sua pouca idade e pouca experiência, pois ela tem apenas 18 anos, e está há um mês atuando no CMEI. Porém não somente isso, a declaração feita por ela pode refletir uma visão fragmentada da formação, onde o

professor é o executor, e o pedagogo é quem domina a teoria, a tradicional cisão entre teoria e prática representadas nas figuras do pedagogo e professor respectivamente.

De um modo geral as respostas nos auxiliaram muito a compreender melhor a atuação do pedagogo na EI, porém acreditamos que em alguns momentos a extensão do questionário pode ter colaborado com a não adesão bem como com o retorno de vários questionários incompletos, com questões totalmente em branco.

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM PEDAGOGAS E DIRETORAS

Os dados a seguir referem-se aos conteúdos das entrevistas concedidas pelas pedagogas e diretoras das duas instituições de Educação Infantil pesquisadas. Os roteiros das entrevistas continham perguntas semiestruturadas, o que possibilitou outros questionamentos e dúvidas que foram assim colocados em pauta.

Todas as quatro entrevistadas eram do sexo feminino. Para as entrevistas com as pedagogas, utilizamos um questionário com 18 perguntas previamente elaboradas, as questões de 1 a 7 foram direcionadas sobre o perfil das entrevistadas, com informações referentes a idade, formação inicial e específica, tempo na profissão, entre outras. As demais perguntas (de 8 a 18) abordavam temas referente às atividades do trabalho pedagógico, bem como sua articulação com a direção e dificuldades cotidianas. No caso da direção, também recorremos a um questionário previamente estruturado com 11 perguntas, onde as perguntas de 1 à 3 se referiam ao perfil, e da 4 à 11 sobre o trabalho do pedagogo, sua articulação com a direção e dificuldades.

5.2.1 Pedagoga e Diretora do CMEI

5.2.1.1 Perfil das entrevistadas

A pedagoga da instituição pesquisada, 44 anos, atua na EI nesta função desde 2003, mesmo ano em que tomou posse e que fora instituído o pedagogo no espaço da EI na cidade de Curitiba, e na instituição pesquisada há 3 anos. Relatou que desde que assumiu seu cargo, logo entrou como pedagoga do CMEI, pela necessidade e pelas mudanças que ocorriam na SME. Possui graduação em Pedagogia, especialização em Educação Infantil e atualmente cursa especialização em Pedagogia Clínica Institucional. A mesma possui dois padrões na rede, atuando pela manhã como pedagoga do CMEI e à tarde como professora de 3º ano em uma escola municipal de Curitiba.

Quanto à diretora, 35 anos, relatou trabalhar na área da educação desde 1994, nas funções de educadora ou professora. No ano de 2005 tomou posse do cargo de educadora na rede municipal de Curitiba. Possui Magistério, graduação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia. Especificadamente relacionado à EI, após terminar o magistério realizou curso de especialização em Educação Infantil com duração de um ano, curso de nível médio, já extinto ofertado pelo Instituto de Educação. Atua como diretora da unidade pesquisada desde agosto do corrente ano, onde permanecerá até dezembro, pois está cobrindo licença maternidade da diretora oficial. Mencionou já ter atuado anteriormente na direção em outro CMEI, nas mesmas situações relatadas.

Quanto à questão da formação de ambas, salientamos que atendem à Deliberação nº 2 de 2012 (CURITIBA, 2013a) do Conselho Municipal de Educação da cidade de Curitiba, em que o pedagogo deve ter no mínimo graduação em pedagogia e o gestor, no caso o diretora da unidade poderá ter Pedagogia ou outro curso de graduação acompanhado de curso *latu sensu* em EI.

5.2.1.2 Ações desempenhadas pela pedagoga

As atividades realizadas, bem como a sua articulação com a direção e dificuldades no cotidiano do trabalho pedagógico foram abordadas nas questões 8 a 18 do roteiro de entrevista.

Referente à questão 8, sobre as atividades desempenhadas como pedagoga no CMEI, a entrevistada relatou ser responsável pela formação dos educadores e professores; realizar observações em sala; elaborar e aplicar projetos; falar com os educadores sobre a sua prática; atuar na permanência juntamente aos professores, orientando e dando suporte; ajudar na reescrita dos pareceres; auxiliar nos planejamentos e realizar encaminhamentos médicos. Segue parte da transcrição:

*“Na verdade a gente é responsável pela formação do educador e professor. Então o trabalho realizado **deveria** ser o foco na formação. E esse trabalho deveria também ser realizado nas permanências né, nos grupos de estudos, com a equipe de educadores, fazendo orientações dos roteiros semanais, fazendo observação em sala, utilizando pautas de observação pra ver como que o trabalho do educador tem sido realizado. Mostrar pra ele como ele realizou a atividade. Quais os acertos, quais os equívocos. O que a gente pode melhorar, o que a gente pode avançar naquele trabalho, do educador em sala”.*

Estas informações referentes às ações por ele desempenhadas vão em parte ao encontro das descritas no documento de subsídios ao trabalho pedagógico (CURITIBA, 2012a) no que envolve o acompanhamento do trabalho desenvolvido em sala, orientações em permanências e planejamento dos profissionais da EI. Entretanto, neste momento em que esperávamos como resposta as suas principais atividades, a entrevistada não mencionou o PPP, o que vai em desacordo com a função principal do pedagogo salientada por Waltrick (2008) que está na implementação da gestão democrática; também nas contribuições de Alves (2007) onde enfatiza que o pedagogo é responsável pela articulação coletiva do PPP.

O próximo questionamento foi referente às atividades que gostaria de realizar, mas não a faz e sobre os possíveis motivos desta impossibilidade. A pedagoga enfatizou que a formação dos educadores precisa ser feita, bem como a orientação no horário de permanência. Os motivos que justificam esta impossibilidade para ela estão no fato de não ter permanência em tempo adequado para as educadoras e professoras, falta de profissionais e também o excesso de demanda do Núcleo.

“Uma das coisas que a gente tem que fazer, que é função acho que primordial do pedagogo no CMEI, é a formação dos educadores. E que a gente não consegue fazer, porque não é sempre que tem permanência, né. Quando tem permanência de educador, tem muita falta de educador em CMEI também né. E outro item que atrapalha muito o trabalho do...é as demandas que vem do Núcleo né. É entrega de relatório, entrega de perguntas que você tem que tá respondendo”.

Vivenciamos durante a entrevista este dilema. Quando iniciamos a entrevista com a pedagoga, disse que nos atenderia, mas ao mesmo tempo estaria trabalhando

no computador, pois haviam documentos a serem enviados ao Núcleo: *“Vocês me desculpem. Eu vou responder, mas vou ter fazendo aqui tá?”*

Na questão 10, quando perguntamos sobre o seu trabalho articulado ao da diretora enfatizou que o trabalho é sempre feito em conjunto:

“Tem que ter uma parceria com o diretor, porque se não, não funciona, né... Eu não posso realizar nenhuma ação no CMEI que a diretora não esteja ciente. Porque eu não estou aqui o dia inteiro, principalmente por causa disso.”

A pedagoga relatou que fazem praticamente tudo juntas, que os planos de ação do diretor e o de formação do pedagogo estão vinculados. Menciona também que a sala da direção e pedagoga é a mesma, o que facilita tal comunicação.

Neste aspecto retomamos a função do pedagogo como gestor, citando Waltrick (2008) onde cita que estas atividades se transformam em práticas educativas, sendo refletidas nas atitudes e aprendizagem das crianças.

As diretrizes (CURITIBA, 2006, p.34) também comunicam que o trabalho pedagógico está no conjunto de ações articuladas do pedagogo e diretor “[...]o diretor e o pedagogo têm importante papel em coordenar a organização do trabalho dentro da instituição”.

Sendo questionada sobre a sua participação nos horários de permanência das educadoras e professoras, as formas e a frequência, nos respondeu:

*“**Deveria** participar de todas as permanências, né... Não em tempo integral, porque existe uma escala né, de tarefas também que elas tem que fazer. (...) Mas assim, elas ficam na permanência e... ah... sempre recorrem ao pedagogo. (...) Elas procuram bastante!”*

Também salientou que quando tem algum item do seu plano de formação específico que precisa dar conta, se reúne com as educadoras da turma para fazer os repasses, as leituras, as reescritas, planejamento anual, realimentação do planejamento anual e elaboração do roteiro. Neste aspecto reiteramos a função formadora do pedagogo no espaço educativo afirmada no caderno da SME (CURITIBA, 2012a) e também como discorre Saviani (1985), tendo o pedagogo como facilitador do acesso à cultura na ação de organizar o processo de formação cultural.

Na questão 12, sobre as reuniões pedagógicas com a equipe de educadores e professores, e os assuntos nelas tratados, afirmou que:

“Elas ocorrem, elas já são previstas em calendário. Então esse ano a gente já teve. São nos sábados de manhã, porque daí contempla todo o grupo. Porque, na permanência você não consegue contemplar tudo... e são feitos todos os repasses que nós pedagogos temos na formação com o Núcleo, com a Secretaria. Então tudo que a gente tem de formação é repassado pros educadores e professores nas reuniões pedagógicas”.

Quando indagada sobre a periodicidade: *“Tem mês que tem duas. Teve em maio e já teve em junho de novo”.*

Sobre as reuniões com os funcionários do CMEI fora os professores e educadores, fomos informadas que a pedagoga não as realiza. Neste momento a diretora estava na sala e explicou que o pessoal da cozinha e da limpeza tem formação e reuniões com a supervisão da terceirizada: *“Tem, mas daí é com os supervisores delas, nada com a gente, a gente não decide nada por elas”.*

Neste viés, retomamos às diretrizes municipais para a Educação Infantil (CURITIBA, 2006) afirmando que todos os funcionários do CMEI tem função educativa, assim, todos deveriam ser de certa forma orientados sobre os aspectos do cuidar e

educar relacionados a prática, seja ela nos momentos de servir o almoço ou realizar a limpeza das salas. O contato com as crianças, mesmo que indiretamente é também carregado de intencionalidades.

Observa-se ainda que todos que estão no espaço de Educação Infantil têm função educativa, portanto diretor, pedagogo, educador, professor, cozinheiro, lactarista, inspetor, guarda municipal, auxiliar administrativo e profissional da limpeza imprimem suas marcas no processo educativo, sendo importante sua participação no projeto pedagógico da instituição. (CURITIBA, 2006, p.35)

Sobre as reuniões com os responsáveis das crianças, a pedagoga nos informou que são realizadas em média quatro por ano. Sendo a primeira para repasses gerais:

“Na primeira reunião do ano são dadas informações gerais sobre o funcionamento da unidade que é feito todo ano e que é necessário frisar né... questões de horários, de rotina, de saídas antecipadas, de medicação com receita”.

Chamou-nos atenção a forma como a pedagoga salientou a dificuldade na participação dos pais nesses momentos, que para ter certa adesão, o CMEI precisa oferecer também atividades atrativas. Comentaram que neste ano chamaram uma das equipes da Unidade de saúde para dar orientações sobre higiene e uma psicóloga para falar sobre afetividade, tempo com as crianças e limites. *“Reunir os pais no CMEI é muito difícil, os pais quase não vem. Sábado de manhã, porque ah... cada um trabalha, tem suas ocupações, é difícil reunir. (...) Então, a gente precisa de um atrativo, pra trazer esses pais pro CMEI. Então a gente procura às vezes tá trazendo algum profissional”.*

Há também reuniões para mostra de atividades das crianças, em que conversam com os responsáveis e entregam os pareceres individuais. No mês de outubro há uma reunião para avaliação dos parâmetros de qualidade, que estão sendo

realizados em todos os CMEI' s da rede, que para ter validade, 50% mais um dos pais precisam estar presentes, assim reiteram a dificuldade em ter a adesão necessária.

“Então, a gente sempre tem que fazer alguma coisa, um atrativo a mais, a gente faz um café, ou a gente faz um almoço, a gente faz sorteio de brindes. Alguma coisa a gente tem que fazer além, e não é só aqui”.

Sobre as reuniões com pais, lembramos que estas são também previstas nas orientações da SME (CURITIBA, 2012a, p.44), sendo função do pedagogo: “Organizar reunião de pais para esclarecer o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças, bem como orientá-los para a importância desse acompanhamento”. Paro (2001) neste sentido, enfatiza que os encontros devam objetivar a participação no processo educativo dos filhos.

Sobre a pergunta 15, que aborda o PPP, sua elaboração e uso, a pedagoga relatou:

“Então... o projeto pedagógico, ele é pra ser elaborado com a equipe de educadores, né. A gente recebe um modelo, mais ou menos uma orientação, são feitas reuniões durante o ano sobre essa escrita e reescrita, e realimentação do projeto pedagógico também”.

Nesta fala percebe-se que a equipe participa pouco ou nada da elaboração do documento, *“ele é pra ser elaborado”*. A pedagoga afirmou em novo questionamento que cerca de 90% das educadoras não participam e que os pais só participam nas reuniões do conselho quando colocado em pauta este tema.

No entanto, também comenta que ele é discutido e usado às vezes com as educadoras nos momentos de permanência. Também relatou que o PPP é reescrito e reelaborado anualmente, evidenciando que não é algo acabado, sendo sempre

realimentado. Essa permanente reelaboração é discutida em reuniões de departamento, pois este mantém um modelo para o PPP que segundo informações da pedagoga, não é fechado, podendo ser sempre alterado.

Uma proposta curricular, segundo Kramer (1997) é uma aposta, um caminho construído no caminhar, pois aponta um caminho a construir. “[...] meu pressuposto é o de que uma proposta pedagógica é construída no caminhar, no caminhar; não é, pois, implantada, mas plantada, enraizando-se, ramificando-se, enfrentando problemas de diversos tipos.” (KRAMER, p.29, 1997). Kramer, nesta perspectiva salienta que a proposta não é estanque, mas sim viva e crescente no cotidiano escolar.

Para que se faça no âmbito escolar deve primeiramente ser construída coletivamente e rediscutida sempre que necessário. Entretanto, não nos pareceu que ocorram discussões coletivas sobre o PPP no CMEI. A pedagoga apresentou ter conhecimento da necessidade da construção ser coletiva, ao mesmo tempo em que aponta não haver participação dos sujeitos escolares.

Se não atento a realidade da instituição, o PPP acaba por tornar-se uma promessa, uma ilusão. Neste sentido, complementamos que:

[...] não se implanta, de fora pra dentro, uma proposta pedagógica, pois ela é sempre construída, e por isso acredito que no caminhar da proposta, ou seja, no seu longo e lento processo de construção, não há um simples ponto de chegada, mas sim um constante chegar ao conhecimento, ao saber. (KRAMER, p.7, 1997).

Salientamos a importância de que este seja um documento vivo e em constante construção como aponta Kramer (1997), pois ele expressa valores que o constituem. Daí a necessidade de estar vinculado à realidade da escola que se encontra.

Referente à formação continuada para os funcionários, a pergunta 16 questionava quem as propunha, quais eram as formas de condução, quais assuntos tratados. No caso das educadoras e professora, a informação que nos foi dada é que estes momentos ocorrem nas reuniões pedagógicas e também na permanência. Em outras gestões passadas algumas capacitações eram ofertadas fora do espaço do CMEI, mas hoje grande parte delas ocorre na unidade. Há um caderno de orientações enviado pela mantenedora para a SEP - Semana de Estudos Pedagógicos. A formação este ano esteve voltada para o “brincar”, tema predefinido pelo núcleo, mas adaptado para o CMEI. Assim a diretora e a pedagoga elaboraram um projeto para a SEP com o foco no Brincar, porém focado na afetividade no brincar, que foi uma problemática percebida pela pedagoga, mas não trazida pelas educadoras.

“Quem organiza todo esse cronograma da SEP é a pedagoga e a diretora. Daí de manhã como eu estou no CMEI eu que fico responsável, e a tarde a diretora fica responsável também, pra fazer todos os encaminhamentos da SEP. Tem um caderno de orientações... ele vem da rede”.

No caso dos funcionários terceirizados a pedagoga relatou que não cabe a ela tal função, ficando sob a responsabilidade das respectivas empresas.

Referente à pergunta 17, quando questionada sobre a formação que recebe, comenta que a SME oferece formação constante para os pedagogos, e que desde o início do ano tem se pautado no Brincar. Também relatou participar de um grupo de estudos permanente, o GID: Formação de formadores, onde o pedagogo pode escolher a área em que sente maior necessidade para se integrar. Tais reuniões ocorrem praticamente todos os meses.

Disse haver vários cursos disponíveis de curta duração, mas que ela já fez vários, pois se repetem, como o *“Sinais de alerta, Mama nenê”*. Estes cursos são mais destinados para os professores e menos para pedagogos. Enfatiza que: *“Nós temos todo mês, tem curso que você se inscreve que dura quatro horas, tem curso que leva dois meses”*.

Adentrando nesta problemática, a própria SME (CURITIBA, 2012a) salienta que o pedagogo precisa estar inserido em um processo de formação continuada, visto que a função exige um caráter de pesquisa. Tal formação objetiva em “[...] dar respaldo teórico e prático para que possa conseguir mudanças didático-pedagógicas qualitativas [...]”. (BRECKENFELD, GUIRAUD E ROMANOWSKI, 2009, p. 3621).

Em uma última questão, solicitamos que discorresse sobre da sua satisfação em atuar no CMEI, os problemas enfrentados e apoios que seriam necessários. Neste aspecto, a mesma salientou a falta de profissionais, e principalmente o pouco tempo que passa no CMEI.

“Eu acho que pedagogo de CMEI, ele deveria ser como pedagogo de escola, o dia todo, integral, né... Porque o CMEI funciona integral. A gente não consegue realizar todas as funções com a demanda que vem do Núcleo de manhã, né... A gente sai muito do CMEI também pra curso, sai muito pra formação e a gente não consegue fazer tudo o que deveria fazer em quatro horas, principalmente acompanhamento em sala, né. Porque o pedagógico, ele acontece o dia todo e o pedagogo só tá de manhã na unidade. Então é pouco tempo para a demanda de trabalho. Então deveria estar o dia todo... Ou ter duas pedagogas, uma de manhã e uma pedagoga à tarde”.

Embora previstas nas orientações da SME, a pedagoga faz um desabafo considerando as saídas prejudiciais ao trabalho no CMEI. De acordo com os documentos oficiais (CURITIBA, 2012a) estas saídas são previstas, e tidas como a

atribuição do pedagogo a participação em supervisões com pedagogos de referência do NRE e participação em formação continuada, em serviço junto aos NRE's. Relativo às demandas no Núcleo, também se estabelece no mesmo documento, fazer parte do trabalho do pedagogo a organização de arquivos, fichas individuais, elaboração de relatórios, entre outros. No entanto, pelos relatos da pedagoga, observação no momento da entrevista, aliado às respostas das educadoras, evidencia-se uma grande demanda para pouco tempo de trabalho.

Diante as dificuldades relatadas, complementou:

“O trabalho do pedagogo eu gosto muito. Fico meio frustrada, mas eu gosto muito. Acho que você não atinge o grupo, não atinge os objetivos de formação... Acaba atendendo criança que tá com diarreia, que tá com febre. Então a gente faz tudo ao mesmo tempo... É corrido, daí frustra um pouco essa questão mesmo, que você não consegue fazer o repasse das informações, das orientações né”.

Logo ao início da entrevista a pedagoga menciona que provavelmente muitas das ações que realiza diariamente não seriam lembradas durante a entrevista, por ser um espaço curto de tempo para sua realização. Embora de fato ela não tenha mencionado algumas funções que deveriam ser por ela desempenhadas, funções estas descritas em documento oficial (CURITIBA, 2012a), como por exemplo a articulação entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental e a necessidade de conhecer documentos do MEC e SME que norteiam a EI para orientação aos professores, salientamos que por outro lado, a pedagoga também diz realizar ações, que vão além das descritas, como por exemplo, atendimento à crianças com quadro de diarreia, febre, enfim. Com base nestas informações é preciso pensar que o que é prescrito pela mantenedora pode ser questionado frente às condições que viabiliza para sua

realização, pois nem sempre a mantenedora está tão próxima da concretude das práticas.

5.2.1.3 Diretora e sua articulação com a pedagoga

A entrevista com a diretora teve por objetivo desvendar a articulação do seu trabalho com o da pedagoga bem como evidenciar o entendimento acerca das funções que a pedagoga desempenha no CMEI. As questões foram sobre reuniões pedagógicas, PPP, rotatividade dos pedagogos, entre outras.

Sobre as reuniões pedagógicas e administrativas, a diretora salientou que no ano são realizadas duas com pauta principal nas questões administrativas, mas sempre com caráter pedagógico. Além das duas citadas, há também outras 4 pedagógicas que como as primeiras citadas, são planejadas tanto pela diretora quanto pela pedagoga.

Comentando sobre estes momentos de reuniões e os repasses de informações do Núcleo para a equipe, ela salienta que: *“As formações que a pedagoga faz, a gente faz também. O diretor, no caso, tem que ficar acompanhando o pedagógico o tempo todo”*.

Sobre o PPP, a diretora complementa o já anteriormente dito pela pedagoga, explicando que este ano já tiveram duas reuniões com o departamento da EI para a renovação do PPP e que ainda terão mais duas para tratar do mesmo assunto, pois sempre é necessário acrescentar algo neste documento. Aqui a diretora não menciona a necessidade da construção coletiva.

Referente à questão 6, sobre a rotatividade de pedagogas no CMEI pesquisado, a diretora julga ter uma certa instabilidade, pois desde 2012 houveram duas profissionais. A pedagoga que atua hoje, também trabalhou na mesma unidade em 2012, ficando o ano de 2013 em outra unidade. Este dado pode justificar de certa forma a contrariedade da informação que a pedagoga havia nos dado (que estava no CMEI desde 2012), pois, esteve e saiu da unidade, mas nos omitiu tal informação.

A diretora complementa enfatizando que esta rotatividade atrapalha e dificulta o trabalho, pois algumas vezes é preciso resgatar o que aconteceu no passado, precisando recorrer às educadoras, acabando por perder informações, desta forma: “*Se perde né, muitas coisas acabam se perdendo*”.

Questionada sobre as funções e atividades que a pedagoga realiza no CMEI, a diretora declara ser “*principalmente a parte pedagógica*”. Sobre as funções e atividades mais específicas, fala sobre a organização diária, formação, pareceres, situações das crianças que ela atende, interlocução com os pais, planejamento, acompanhamento e encaminhamento de crianças. Neste momento a diretora salienta que as decisões administrativas e de organização interna são desenvolvidas por ela em parceria com a pedagoga.

Reiterando a questão já abordada na entrevista com a pedagoga, perguntamos sobre a articulação das funções da direção e pedagoga. Neste sentido, a diretora volta a afirmar que o trabalho é todo realizado em conjunto. Mas há atribuições exclusivas da diretora: “*Tem a parte administrativa, prestação de contas, ofício, por exemplo, BF de funcionário*”. Entre outras, que são realizadas em colaboração com a funcionária administrativa do CMEI.

Sobre a contribuição que uma pode dar ao trabalho da outra (pedagoga/diretora), a diretora volta a comentar sobre a parceria das duas. Reitera que o pedagogo deveria permanecer 8 horas no CMEI, sendo que à tarde ela (diretora) supervisiona, auxilia na permanência e nas atividades que educadoras e professoras desenvolve, assim uma precisa estar a par do serviço da outra. Segue uma das falas da diretora: *“É que na verdade é nossa parceria mesmo. Contribui mais pro trabalho pedagógico, até porque ela só fica aqui no período da manhã, né. Pedagogo no CMEI é só quatro horas. Deveria ficar oito”*.

Referente à questão 10 que aborda as expectativas da diretora frente ao trabalho da pedagoga, aquela afirma que a pedagoga faz todo o trabalho esperado. Ela (a pedagoga) leva trabalho do CMEI para casa e também para outra escola em que trabalha. *“A nossa pedagoga faz todo trabalho dela, tanto que às vezes a gente acaba levando trabalho pra fazer fora. O trabalho tem acontecido de uma maneira, assim, bem boa, assim.”*

Em relação aos problemas enfrentados pela diretora e possíveis contribuições da pedagoga na tentativa de resolvê-los, a entrevistada afirma que não há em que a pedagoga contribua, pois o problema é a grande demanda de trabalho que vem do Núcleo, e neste sentido a pedagoga não tem como intervir.

“Muita demanda de trabalho mesmo. Que o Núcleo... eles não querem saber se a gente tem que atender criança, se a gente tem que atender educador, que tem pai aqui (...) não, acho que não teria nada que ele poderia fazer além do que ele já faz, por questões mais administrativas mesmo. Seria bom se o pedagogo ficasse o dia todo no CMEI, né. Porque daí ia contribuir, ia dar uma aliviada também”.

Analisando as entrevistas realizadas do CMEI, percebemos que o trabalho da pedagoga com a diretora é articulado, ambas pensam semelhante e trabalham em conjunto, o que vem ao encontro das orientações municipais (CURITIBA, 2006, 2012b). Também parecem possuir a mesma visão diante a prática e detectar os mesmos problemas, especialmente da falta de tempo referente à pouca permanência da pedagoga no CMEI.

5.2.2 Pedagoga e Diretora do CEI

5.2.2.1 Perfil das entrevistadas

A pedagoga do CEI pesquisado tem 27 anos e atua nesta função desde janeiro de 2014. Anteriormente exerceu função de professora e de diretora por três anos, o que totaliza nove anos na mesma rede de CEI' s. Possui magistério e está cursando Pedagogia presencial, sendo que a conclusão da mesma está prevista para 2015. Começou a trabalhar no CEI em questão por uma necessidade de facilitar o deslocamento para um local mais próximo de sua residência. Relatou ter solicitado transferência e sendo a única vaga disponível a de pedagoga, assumindo-a com o aval da mantenedora. Não possui formação específica para atuação na EI.

A direção do CEI é a mesma desde 2011. A diretora, 47 anos, atua na rede há 27 anos, anteriormente sendo professora. Entretanto, concluiu o magistério somente em 2004. Atualmente está cursando pedagogia, com previsão de conclusão também em 2015. Assim como a pedagoga, relatou não possuir formação específica para

atuação na EI, mas salientou sua participação em cursos esporádicos de curta duração, ofertados pela mantenedora e também pela SME.

Em relação à formação da direção e da pedagoga denuncia-se que a rede em que trabalham não vem cumprindo com a Deliberação nº 02 de 2012 do Conselho Municipal de Educação da cidade de Curitiba que em seu capítulo IV, artigo 20, coloca que para atuar na coordenação pedagógica, o profissional deverá ter formação mínima em curso de graduação em pedagogia. No artigo 19, a mesma deliberação, afirma que para atuar na direção é necessário ter licenciatura em curso de pedagogia, e quando tiver outro curso de licenciatura deverá ter no mínimo pós-graduação, *latu sensu* em Educação Infantil (CURITIBA, 2013a). Neste sentido, ambas entrevistadas irão concluir o curso de pedagogia em 2015, assim já atuam na função mesmo sem ter o curso superior concluído.

5.2.2.2 Ações desempenhadas pela pedagoga

Sobre o trabalho desenvolvido por ela como pedagoga do CEI, nos esclareceu que realiza diversas atividades, até *“mais do que está no papel, nas diretrizes”*. Especificou dizendo que entre as funções a ela atribuídas, deve ajudar no planejamento, observar em sala as aplicações das atividades, fazendo mediação, supervisão e orientação. Enfatizou que: *“O trabalho do pedagogo é em sala”*

Complementou afirmando que entra em sala quando necessário para ajudar, e que a pedagoga pra ela tem que ser a base para as professoras.

No sentido por ela relatado de seu trabalho ser muito mais do que as diretrizes orientam, denota certa desinformação sobre o que de fato se trata uma diretriz, pois estas são um norte para a ação de todos os envolvidos, no sentido de orientar o trabalho pedagógico. Nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil (Curitiba, 2006) não há funções ou atribuições específicas para o pedagogo, mas sim as normas para a condução de um trabalho educativo pautado, no caso do pedagogo, na atuação como formador dos profissionais de forma contínua e planejada.

Quando questionada se há atividades, trabalhos que gostaria de realizar e que não consegue, em um primeiro momento respondeu que realiza tudo que gostaria, que desempenha bem sua função como pedagoga. Reiteramos a questão, e então ela esclareceu que gostaria de um suporte maior para deslocamento para passear com as crianças, para que estas conhecessem mais lugares. Informou-nos que só tem direito a um ônibus por ano que é disponibilizado pela prefeitura.

Sobre a articulação do seu trabalho com a diretora, em ações que desempenhem juntas, foi enfática em afirmar que “*não faz nada junto*”. Comentando que cada uma tem sua função bem definida, o que contradiz a sua própria fala em um segundo momento em que realizamos entrevista com a diretora, em que ela estava presente e interferindo, onde afirmou que o trabalho é articulado e interligado.

Neste sentido, recorremos a Alves (2011) que cita ser comum a negação das articulações entre as funções de gestão e coordenação pedagógica, complementando com Libâneo, Oliveira e Toschi (2007) que enfatizam serem correspondentes estas funções, pois gestão se faz na coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas, e na esfera da educação isto se faz sempre com caráter pedagógico.

A pergunta 11 refere-se às permanências dos professores. A pedagoga informou que os momentos de permanência, formação e reuniões pedagógicas (perguntas 12 e 16) são realizadas uma vez no mês, sempre em um sábado, com duração de 8 horas. Estes encontros são divididos em dois momentos, 4 horas para formação e outras 4 horas para planejamento, onde elaboram os roteiros semanais de atividades. Este ano a formação tem foco no Brincar, pois é orientação que lhe é passada em curso ofertado pela prefeitura em encontros semanais, então ela traz as orientações e o grupo aceita de forma muito boa, segundo ela a adesão às ideias dela ocorre de forma agradável: “*Não chego impondo nada*”.

Com as falas da pedagoga não ficou-nos claro se ocorre uma discussão e reflexão das proposições que a mesma traz para assim chegarem a um consenso e estabelecerem os planos de aula, ou se ela simplesmente faz os repasses e as professoras acatam.

Nos momentos de planejamento e formação nos conta que utiliza também os cadernos pedagógicos, parâmetros e indicadores de qualidade (todos da SME) e também textos, vídeos e propostas de atividades. Para ela, o pedagogo tem papel de formador. Nos momentos mais tranquilos do CEI, a pedagoga afirmou que: “*Deixo as educadoras e professoras fazerem pesquisas na internet e de materiais (livros)*”.

Quanto às reuniões e formação com outros funcionários, que não professores, salienta que não há, pois ocorrendo algum problema relacionado à organização, a diretora é chamada para resolver. Somente no caso das funcionárias da cozinha que uma vez ao ano participam do curso “Mesa Brasil”.

No caso das reuniões com os pais, a pedagoga esclareceu que há sempre reuniões no começo do ano com todos e outra no meio do ano por turma para entrega de pareceres em que se fala do desenvolvimento da criança.

Comunicou-nos que sempre é feito algo diferente, como um café, por exemplo, pois como no CMEI, há pouca adesão dos responsáveis nestes momentos.

Complementou comentando que em casos específicos a família é chamada, assim como também é feito o atendimento quando da chegada desses pais na instituição com dúvidas.

Na pergunta 15, quando questionada sobre o PPP, esclareceu que este fora elaborado pela coordenadora da rede do CEI em 2013 e que é usado em algumas ocasiões, no entanto afirmou: *“Ele (o PPP) que baseia o trabalho”*.

Para a pedagoga, a SME oferece formação com o tema Brincar, este com encontros mensais de 4 horas. A pedagoga complementou comentando que esta formação é a mesma oferecida aos pedagogos de CMEI e que repassa aos professores nas reuniões pedagógicas.

Finalizando a entrevista, questionamos se há algo que se possa melhorar, se ela, como pedagoga da instituição se sente satisfeita. Como resposta afirmou: *“Não tenho do que reclamar”*.

Relatou que o grupo é muito unido, havendo sempre diálogo e bom trabalho. Queixou-se somente da falta de tempo e que se pudesse mudar algo, teria mais duas

volantes⁶, mais recursos como brinquedos e livros e também mudaria a estrutura física do CEI.

5.2.2.3 Diretora e sua articulação com a pedagoga

Em relação às reuniões pedagógicas a fala da diretora vem ao encontro da pedagoga, reafirmando que os momentos são mensais, sempre nos sábados. Também relatou **não ser necessária** a sua presença, mas que mesmo assim, está sempre presente nestes momentos que são organizados pela pedagoga, e que quando necessário aproveita para falar de questões administrativas. Comentou que pode ocorrer de ela tomar a frente das reuniões em situações esporádicas, se assim for necessário. Observamos que esta fala reforça o que já foi exposto anteriormente sobre o fato de ser muito comum a negação da articulação entre a gestão e a coordenação, ratificando o quanto o trabalho da direção e coordenação é desarticulado (ALVES, 2007

Em relação ao PPP, disse-nos que o mesmo é formulado pela mantenedora (supervisora das pedagogas da rede), sem participação dos demais. Afirmou que o PPP é de 2013 e o regimento de 2012. *“Não precisa você ler para saber o que está escrito. Tem porque tem que ter”*.

Em relação à rotatividade de pedagogas, a diretora julga ter pouca, entretanto, desde 2011 já estão com a terceira profissional. Segundo ela (a diretora) os motivos são pessoais, por licença maternidade e necessidade da pedagoga em trabalhar em outro local, por exemplo.

⁶ Perguntamos o que eram as chamadas “professoras volantes”, a pedagoga nos esclareceu que são professoras que não tem turma fixa e vão para salas onde há necessidade, por falta de professor ou outros motivos.

Sobre as funções e atividades desempenhadas pela pedagoga no CMEI, a diretora respondeu que está em ampliar o conhecimento dos professores, dar continuidade no trabalho, suporte, e ficar em sala.

Relatou que a pedagoga realiza cursos específicos de formação e que depois deve repassar os conhecimentos para as professoras

Na questão 8 (onde respondeu também a 9), sobre a articulação do trabalho da direção e pedagoga, a diretora foi sucinta afirmando que o trabalho é realizado em parceria, dividindo as tarefas. No CEI ela diz fazer um pouco de tudo, além das questões administrativas, como ajudar a servir o almoço e até mesmo limpar o espaço quando for necessário. Não deixou claro quais atividades desempenha juntamente com a pedagoga, somente comentou que algumas vezes atende os pais juntamente com a pedagoga. A sala das duas não é a mesma.

Quanto a questão 10, sobre o que espera do trabalho da pedagoga, as expectativas de que ela desempenhe algumas funções que hoje não faz, a diretora respondeu que está bom, mas que tudo pode ser melhorado. *“Tá bom, poderia ser melhor, não é tão bom que não possa melhorar”*. Neste sentido relembramos que a pedagoga estava ao lado no momento da entrevista com a diretora. Mesmo assim, a resposta da diretora nos faz refletir que algo não vem se encaminhando bem, pois esse *“poderia ser melhor”* indica que há problemas quanto ao trabalho que a pedagoga desempenha no CEI, até mesmo na articulação com a direção. Entretanto, não conseguimos com as entrevistas, nem com a aplicação dos questionários com as educadoras detectar os motivos.

Quanto aos problemas enfrentados no cotidiano do CEI e que a pedagoga poderia interferir para solucionar, a diretora comentou que a pedagoga já o faz de maneira correta, que são problemas mais vinculados às famílias usuárias da instituição.

Neste final da entrevista, a diretora salientou que elas (diretora e pedagoga) precisam estar sempre em contato para resolverem juntas as situações.

Percebeu-se após as entrevistas realizadas no CEI, que uma hipótese para a insegurança nas respostas e no discurso, principalmente por parte da pedagoga, que deu-nos a impressão de responder de forma pré-estabelecida, como se tivesse sido ensaiadas ou estudadas anteriormente, pode ter se dado pela inadequação das perguntas, vocabulário, assuntos tratados, com a realidade do CEI e grau de instrução das entrevistadas. Como afirmam Lüdke & André (1986, p.35): “[...]a tendência do entrevistado, em ocasiões como essas, é a de apresentar respostas que confirmem as expectativas do questionador, resolvendo assim da maneira mais fácil uma problemática que não é sua”.

5.3 ANÁLISE GERAL: O TRABALHO PEDAGÓGICO NO CEI E NO CMEI

Há várias discrepâncias entre a realidade do CMEI e CEI se comparados em âmbito geral, aspectos de relações empregatícias, salários e formação das funcionárias pesquisadas. Entretanto cabe-nos evidenciar as questões relacionadas ao pedagogo nestes diferentes contextos.

Sobre a problemática verificada no CEI menciona-se a produção de Fernandes & Campos (2014) em que trazem um recorte de uma pesquisa maior da FCC sobre a gestão da Educação Infantil no Brasil, onde apontam:

A dificuldade de as secretarias garantirem que as entidades conveniadas sigam um determinado padrão estabelecido, seja na formação inicial dos profissionais da educação, seja nas questões de ordem pedagógica, ou mesmo ligadas aos cuidados com a alimentação e a higiene, foi registrada em quase todos os itens do roteiro de entrevistas. Esse é um aspecto importante na gestão municipal da educação infantil, que merece um aprofundamento maior, em outras pesquisas. (FERNANDES e CAMPOS, 2014, p.13)

Neste sentido, as informações concedidas pelas entrevistadas do CEI corroboram com Fernandes & Campos (2014) quando citam que de certo modo as redes conveniadas não contemplam as diretrizes curriculares locais, sendo os motivos possíveis a: “[...] falta de investimento de esforços no sentido de promover a formação dos profissionais das conveniadas e verificar a utilização desses documentos[...]”. (FERNANDES & CAMPOS, 2014, p.14), provavelmente causadas por motivos como a forma de contratação, jornada de trabalho, baixos salários, formação acadêmica, entre outros.

Em vários momentos da entrevista no CEI a pedagoga nos falou sobre a “união” existente entre a equipe docente e a equipe de gestão, porém ao analisarmos de um modo geral, acreditamos que união a que ela se refere é na verdade “subordinação”, pois ao mesmo tempo em que a pedagoga se mostra muito presente e muito participativa no processo de educação das crianças em conjunto as professoras “*entro em sala, ajudo a aplicar*”, também mostrou uma face autoritária “*se não fizerem desconto do salário*”. Nossa hipótese ganha mais peso quando nos questionamentos que sugeriam uma análise crítica acerca do trabalho desempenhado pela pedagoga, não obtivemos respostas. Ainda corrobora com esta hipótese o fato da própria

pedagoga declarar também em vários momentos que “a equipe é muito humilde”, no que se refere à aceitação por parte delas de tudo que a pedagoga traz. Nosso entendimento a este respeito é o de que a equipe aceita tudo que é proposto, sem que de fato haja uma discussão reflexiva sobre o processo educativo, assim a pedagoga acaba por considerar que a equipe está “unida”.

Em relação às entrevistas, durante elas a sequência das questões muitas vezes se deu de forma flexível, favorecendo um clima de estímulo e aceitação mútua, favorecendo a fluidez natural das respostas. Estas características despontaram evidentemente nas entrevistas com diretora e pedagoga realizadas no CMEI, que estavam visivelmente seguras e confortáveis. No caso do CEI, o que se percebeu foi certa insegurança ao responder as questões, o que se evidencia com a não autorização das gravações de áudio.

Em relação ao estudo feito no CMEI, percebemos que muito do que foi apontado pelas educadoras nos questionários, reafirma-se nas entrevistas com a pedagoga e diretora, como por exemplo, a questão das horas destinadas à permanência, que não vem ocorrendo pela falta de profissionais o que obriga as educadoras a realizarem-na quinzenalmente ou ainda mais espaçadamente. A não participação das educadoras na elaboração do PPP e sua pouca ou nula utilização no dia a dia. As várias saídas da pedagoga para realização de cursos fora da unidade por convocação da SME e do Núcleo. A ausência da pedagoga nos momentos de permanência para auxílio no planejamento. A periodicidade das reuniões pedagógicas que ocorrem esporadicamente. Enfim, contrapondo as informações nota-se que elas ratificam-se entre si.

No que se refere ao estudo feito no CEI, as informações dadas pela pedagoga também em muito se reafirmam às respostas concedidas nos questionários pelas professoras, em relação às reuniões pedagógicas, formação em serviço, periodicidade, a participação da pedagoga nestes momentos, pois ocorrem todo mês em um sábado onde são feitos todos os encaminhamentos pedagógicos possíveis. Também confirmou-se a informação sobre a não participação das docentes na elaboração do PPP, pois este, segundo as informações recebidas, fora construído por uma pedagoga da rede de CEI'S. Ainda comparando a entrevista da pedagoga e os dados dos questionários nota-se que a não realização dos 33% de hora permanência não se constitui de um problema para nenhuma das participantes, pois nenhuma sequer expôs este ponto. Apenas na entrevista com a diretora foi possível perceber uma sutil inquietação em relação ao trabalho que vem sendo desempenhado pela pedagoga, porém algo muito singelo.

Um ponto comum levantado em ambas às instituições foi a dificuldade em ter a presença dos pais nas reuniões, onde ambas precisam usar de algum chamariz para ter a participação dos mesmos nestes momentos.

Outro ponto comum é em relação ao PPP, o qual não foi construído com o coletivo e nem tão pouco é utilizado no dia a dia, porém no CMEI há uma certa inquietação neste sentido, já no CEI não parece ser um problema. Sobre este aspecto surgem algumas questões que necessitam de reflexão, mas que por hora servem apenas para suscitar novos debates: Que reconhecimento tem este documento? Talvez seu pouco ou nenhum uso esteja associado ao fato dele ser substituído por tantos outros que a SME dispõe? Será que estes outros documentos (cadernos pedagógicos, caderno subsídios, indicadores de qualidade) não acabam por ocupar o lugar do PPP?

Será que o PPP na atual configuração em não é algo a ser repensado? Muito do projeto ocorre na oralidade, onde o projeto é falado e não registrado, não seria o caso de levar em conta esse PPP oral? Como articular o PPP com a oralidade? Neste sentido Falsarella (2006) traz uma importante contribuição, segundo ela, existe uma forte tendência em supervalorizar a “prática escriturística” e desvalorizar a cultura oral. Porém é através da oralidade que se desenvolve a comunicação humana, por mais importância que a sociedade dê a escrita “É no terreno da prática escriturística que se encontra o projeto pedagógico explícito da escola. Já o projeto implícito encontra-se no terreno da cultura oral” (FALSARELLA, 2006, p.8). Esta se apresenta como uma nova hipótese baseada não na falácia da participação coletiva e democrática, mas sim na real prática destes conceitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente trabalho de conclusão de curso, destacam-se as conquistas já alcançadas referentes ao reconhecimento da EI como espaço educativo, bem como as metas ainda a serem galgadas frente a qualidade desta etapa educativa, entre elas a oferta adequada de vagas, escolarização adequada aos funcionários que atuam com as crianças (professores, educadores, direção e pedagogo) e especialmente o entendimento por parte dos profissionais que nela atuam, de desenvolverem suas ações embasadas na indissociabilidade entre educar e cuidar.

Podemos notar que evidentemente o trabalho do pedagogo na EI é de extrema importância, pois ele faz a mediação entre vários aspectos que constituem o cotidiano desta etapa, seja articulação entre os educadores e o saber pedagógico, entre as famílias e a educação das crianças, entre o trabalho administrativo e o trabalho pedagógico, entre os educadores e as famílias, entre a mantenedora e a unidade, enfim, ao que nos parece o pedagogo encontra-se no centro desta teia tecida por diversos atores diferentes, cabendo a ele fazer com que haja uma ligação a mais equilibrada possível.

Fica claro que o trabalho desempenhado por este profissional passa por eixos bem definidos nos documentos oficiais da Prefeitura, bem como no arcabouço teórico pedagógico, sendo basicamente estes: responsabilidade sobre a formação em serviço dos profissionais do magistério, auxílio na elaboração dos planos de aula, atendimento às famílias, gestão da unidade em parceria com a equipe diretiva, administração e articulação do PPP e repasse das informações recebidas em momentos de formação

ofertados pela mantenedora. Porém em ambas as instituições muito do que se espera do trabalho do pedagogo não vem sendo realizado a contento na prática. Seja por demandas externas ou por simples adequação à dinâmica da instituição, algumas das especificidades da função deste profissional não vêm sendo contempladas em seu trabalho cotidiano. A inadequação em alguns aspectos do trabalho do pedagogo tornaram-se evidentes e os escassos estudos na área fazem com que este profissional tenha pouco referencial onde buscar apoio.

Observa-se também que o pedagogo do CMEI passa por muitos momentos de formação fora do seu local de trabalho, o que muitas vezes inviabiliza um trabalho na unidade de forma contínua, pois nos momentos intermitentes que ele passa na unidade acaba tendo que resolver problemas instantâneos, ou como mencionado “*apagar incêndio*”. O que não caracteriza uma problemática levantada no CEI pelo fato da pedagoga trabalhar o dia todo na instituição.

Assim, reivindicações apresentadas pelas profissionais do CMEI pautam-se em uma maior permanência do pedagogo no espaço da EI, para que este tenha possibilidades exercer seu papel de agente formador, em um trabalho articulado com a direção. As diretrizes apontam que:

Fazendo parte desse processo, o diretor e o pedagogo têm importante papel em coordenar a organização do trabalho dentro da instituição. O pedagogo atuando como formador dos profissionais de modo contínuo e planejado, garantindo que as permanências de estudos sejam espaços efetivos de reflexão sobre a prática, de avaliação e replanejamento de seu trabalho, com base nas aprendizagens das crianças. (CURITIBA, 2006, p. 34-35).

Já no CEI, com os questionários não conseguimos captar possíveis problemas, pois as professoras foram muito discretas em suas respostas, não expondo intencionalmente nenhuma adversidade.

Algumas denúncias foram feitas, seja na falta de formação adequada tanto da pedagoga como da diretora do CEI, no descumprimento da legislação que institui 33% de hora permanência aos profissionais do magistério e ainda a não elaboração do PPP de forma coletiva bem como a participação dos pais usuários do CEI.

Tivemos grande dificuldade em conseguir autorização da SME para efetivação da pesquisa, o que nos afligiu muito e impossibilitou aprofundarmos certas temáticas que estávamos pretendendo no início da pesquisa, como aplicação de questionários com os pais e também com os outros funcionários que atuam nas unidades de EI, para complementar e verificar um outro olhar frente ao trabalho do pedagogo nesta etapa da educação básica.

No CEI inicialmente estávamos confiantes, pois a receptividade foi grande de início, o que se alterou no decorrer dos contatos. Ficamos inseguras pelo fato da pedagoga precisar sair durante a entrevista, no primeiro encontro que tivemos e ter procrastinado nosso retorno para concluirmos a pesquisa.

A pouca adesão ao preenchimento dos questionários também nos fez refletir sobre sua elaboração. Mesmo que analisado e readaptado várias vezes, ao final ainda contava com muitas questões, inclusive várias discursivas. Houve também certa inadequação no vocabulário utilizado. Na ânsia de “descobrirmos” tudo referente ao universo do trabalho do pedagogo na EI, sobrecarregamos este instrumento, que acabou por nos trazer um recorte da realidade.

Outro agravante, que acreditamos ter interferido muito nas respostas obtidas no CEI fora a imposição da pedagoga em entregar e recolher os questionários, o que possivelmente comprometeu a qualidade e veracidade das respostas obtidas. E também a participação e intervenção da mesma durante a entrevista com a diretora.

Talvez tenha sido por falta de experiência da nossa parte em não acordar de antemão que os questionários deveriam ser entregues e recolhidos por nós, bem como que as entrevistas deveriam se dar individualmente.

Em relação ao CMEI percebemos que as educadoras possuem com maior clareza qual é o papel que o pedagogo deve desempenhar, bem como revelaram com maior franqueza suas opiniões. As falas das educadoras, da pedagoga e diretora muitas vezes se reforçaram. Pareceu-nos claro que a pedagoga do CMEI reconhece vários dos problemas apontados pelas educadoras (ausência na permanência, poucos momentos de formação, entre outros), não tentando mascarar essas informações. Já no CEI a impressão de que tudo ocorre o mais perfeito possível nos incomodou um pouco, em alguns momentos tivemos a impressão de que nem sempre e nem tudo encontra correspondência no cotidiano do trabalho na unidade. Outro ponto que destacamos é que ficou muito evidente o quanto a falta de profissionais prejudica no bom trabalho de toda a equipe, o efetivo de profissionais da rede não condiz com a real necessidade, porém este problema não caracteriza falha da pedagoga, pois está fora de seu alcance resolver tal questão.

Diante do exposto vemos que novas pesquisas neste âmbito devem ser desenvolvidas, visto que há poucos estudos e também relembramos que a presença do pedagogo neste espaço é nova, entretanto, os instrumentos de coleta de dados devem ser repensados e reavaliados, para que se possa obter as informações o mais verídicas possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. N. de L. **Coordenação pedagógica na educação infantil: trabalho e identidade de profissional na rede municipal de ensino de Goiânia**. Tese de doutorado. Universidade federal de Goiás. Goiânia, 2007. Disponível em: <http://ppge.fe.ufg.br/uploads/6/original_Tese%20Nancy%20Nonato%20de%20Lima%200Alves.pdf>. Acesso em: 01/06/2014.

_____. **Trabalho e identidade profissional da coordenação pedagógica em Educação Infantil: Contradições e possibilidades**. 34º reunião ANPED, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos_GT07/GT07-591%20int.pdf>. Acesso em: 04/03/2014.

ALMEIDA, L. R. A dimensão relacional no processo de formação docente: uma abordagem possível. In: BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R., CHRISTOV, L. H. S. (Org). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Edições Loyola, 9ª edição, 2008, p.77-87.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 31/10/2014.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 09/04/2014.

_____. **Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 1996.

_____. **Parecer CNE/CEB Nº: 17/2012**. Orientações sobre a organização e o funcionamento da Educação Infantil, inclusive sobre a formação docente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Aguardando homologação- aprovado em 6 de junho de 2012). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17576&Itemid=866> Acesso em: 01/06/2014.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Userr/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf> Acesso em: 09/04/2014.

_____. **Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em 02/10/2014.

BRECKENFELD, E. J. N; GUIRAUD, L; ROMANOWSKI, J.P. Considerações sobre a formação continuada do pedagogo escolar no sistema de ensino público estadual paranaense (2004-2008): possibilidades e limites. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE, 9., 2009, Paraná; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Paraná: **Anais...** PUCPR, 2009. p. 3619-3633.

BRUNO, E.B.G., CHRISTOV, L. H. S. Reuniões na escola: oportunidade de comunicação e saber. In: BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R., CHRISTOV, L. H. S. (Org). **O coordenador pedagógico e a formação docente.** São Paulo: Edições Loyola, 9º edição, 2008, p.55-62.

CAMPOS, M, M, et al. **A gestão da Educação Infantil no Brasil.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012. (Relatório de pesquisa) Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2011/pdf/relatoriofinaleducacaoinfantil.pdf>>. Acesso em: 04/03/2014.

COSTA, C. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2005. cap. 20, p. 355.

CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba.** Volume 2- Educação Infantil. Curitiba, 2006.

_____. a. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba- IPPUC. **Curitiba com Divisão de Bairros.** Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br/anexos/2008/Mapa%20de%20Curitiba%20com%20Divis%C3%A3o%20de%20Bairros.pdf>>. Acesso em: 04/11/2014.

_____. b. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba- IPPUC. **Evolução do Número de Centros de Educação Infantil Conveniados com a Prefeitura Municipal de Curitiba, por Ano de Início do Convênio, segundo o Núcleo Regional, em Curitiba_2000 a 2008.** Curitiba, 2008. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>. Acesso em 05/10/2014.

_____. **Referenciais para estudo e planejamento na educação infantil:** Planejamento e avaliação. Curitiba: SME, 2010.

_____. a. **Caderno Pedagógico:** Subsídios à Organização do trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Curitiba, 2012.

_____ b. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba- IPPUC. **2012 desde 1977_ Número de Centros Municipais de Educação Infantil, por Ano de Início de Funcionamento, Segundo Núcleo Regional, em Curitiba.** Curitiba, 2012. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>. Acesso em 06/10/2014.

_____ a. **Deliberação CME nº2, 2012.** Normas e Princípios para a Educação Infantil no sistema Municipal de Ensino de Curitiba - SISMEN. Publicado Diário Oficial do Município nº 71, de 15 de abril de 2013. Disponível em: <<http://educacao.curitiba.pr.gov.br/multimedia/2014/8/pdf/00042907.pdf>>. Acesso em: 12/10/2014.

_____ b. **Parecer CME/CEI n. 02/2012.** Normas e princípios para a educação infantil no SISMEN, Curitiba, Conselho Municipal de Educação, Diário Oficial do Município de 15 de abril de 2013. Disponível em: <http://assepei.com.br/aceso_restrito/arg_legislacao/Parecer%20CME%20n%2002.2012%20Educacao%20Infantil%20publicado.pdf>. Acesso em: 10/08/2014.

_____. **Organização do trabalho Pedagógico-2014:** Orientações para estudo e planejamento nos centros municipais de educação infantil, centros de educação infantis conveniados e escolas com educação infantil. Curitiba, 2014.

FALSARELLA, A. M. **O papel da oralidade na elaboração do projeto da escola:** o discurso dos professores em contraposição ao discurso oficial. Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006. p. 1-10.

FERNANDES, F. S., CAMPOS, M. M. M. **Educação infantil no Brasil: formas de organização e gestão.** In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 4, ., 2014, Porto; VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 7., Porto. Anais e palestras. ANPAE, 2014. p.1-15. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/FabianaSilvaFernandes_GT2_integral.pdf>. Acesso em: 10/10/2012.

FILIPPINI, T. O Papel do Pedagogo. In: EDWARDS, C., GANDINI, L. e FORMAN, G. **As cem linguagens da criança.** A abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.123-127.

FUSARI, J. C. Formação contínua de educadores na escola e em outras situações. In: BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R., CHRISTOV, L. H. S. (Org). **O coordenador pedagógico e a formação docente.** São Paulo: Edições Loyola, 9ª edição, 2008, p.17-24.

GALANI, L. Como funciona a reserva de vagas escolares e fila de espera. Gazeta do Povo. Curitiba, 17 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/guia-de-matriculas/conteudo.phtml?id=1409038>>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. In: BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R., CHRISTOV, L. H. S. (Org). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola 2008, p.9-16.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. 1ª edição. Curitiba: InterSaberes, 2014.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.96 - Especial, p.797-818, out. 2006.

_____. **Propostas pedagógicas ou curriculares**: Subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano XVIII, n. 60, p. 15-35, dez. 1997.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de educação**, São Paulo, n. 14, p.5-18, mai/jun/jul/ago, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. cap. 2.

LIBÂNEO, J. C. Que destino os Educadores darão à pedagogia? In: PIMENTA, S. G. (Coord.). **Pedagogia, Ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996, p.107-135.

_____. **Organização e gestão da escola**: Teoria e prática. 5ª ed. Goiânia: MF Livros, 2008. cap. 5.

LÜDKE, M, ANDRÉ, M. E. D. A, **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, S. P. **As responsabilidades do pedagogo em programas socioeducativos: novas exigências profissionais**. Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professorese sua formação**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.

NUNES, M. F. R. CORSINO, P. DIDONET, V. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica** – Brasília :UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. 102 p.

OLIVEIRA, Z. M.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T. *et al.* **Creches: crianças, faz de conta e cia**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PARO, V. H. Administração escolar e qualidade de ensino. In: BASTOS, J. B. (org). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, SEPE, 2001, p.57-72.

RODRIGUES, C. C. C. **O projeto político pedagógico e o pedagogo – um trabalhoconjunto na construção de uma escola pública viável e significativa**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em:<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=203046>. Acesso em: 27/09/2014.

SAVIANI, D. Sentido da pedagogia e papel do pedagogo. In: **Revista da ANDE**. São Paulo, n.9, p.27-28, 1985.

SEBASTIANI, M.T. **Educação Infantil: o desafio da qualidade - um estudo da rede municipal de creches em Curitiba - 1989 a 1992**. 219f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

STELMACHTCHUK, R. S. **O pedagogo na educação infantil: um estudo sobre a função desse profissional na organização do trabalho pedagógico nos CMEI's do município de Curitiba**. 44 f. Monografia (Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico) Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VEIGA, I. P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P.da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

WALTRICK, R. E. de L. **O coordenador pedagógico na Educação Infantil da rede Municipal de Educação de Florianópolis: Marcas de uma experiência democrática**. Dissertação de Mestrado, 178p. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

APÊNDICES

I- Questionários aplicados aos professores e educadores

1 – Sexo: () Feminino () Masculino

2- Idade_____

3- Qual o seu cargo nesta instituição:

a)() Professor

b)() Educador

c)() Outro Qual?_____

4- Formação acadêmica. Favor assinalar na tabela abaixo: (É possível assinalar mais que uma opção)

| Ano de conclusão | Curso | Privada | Pública | EAD | |
|------------------|--------------------------|---------|---------|-----|--------------------|
| | XXXXXXXXXXXXXXXXXX XX | | | | Ensino Fundamental |
| | | | | | Ensino Médio |
| | | | | | 1ª graduação |
| | | | | | 2ª graduação |
| | | | | | Pós-Graduação |

5- Qual sua função?_____ Há quanto tempo atua nessa função?_____

6- Quantas horas por semana você trabalha nesta instituição? _____

7- Há quanto tempo atua nesta Instituição?_____

8- Qual é a sua situação trabalhista nesta instituição? (Marque apenas UMA opção)

a) () Concursado.

b) () CLT.

c) () Contrato temporário.

d) () Sem contrato (informal)

- e) () Estagiário (a)
f) () Outros. Especificar: _____

09- Qual a sua faixa salarial bruta **neste** cargo, **nesta** instituição? (Considerando um só padrão).

- a) () Menos de R\$500,00.
b) () De R\$500,00 à R\$800,00
c) () De R\$801,00 à R\$1.200,00
c) () De R\$1.201,00 à R\$1.700,00
d) () De R\$1.701,00 à R\$2.700,00
e) () De R\$2.701,00 à R\$3.200,00
f) () Mais de R\$3.201,00

10- A quem ou a que você recorre quando precisa de ajuda ou quer trocar experiências relacionadas a sua prática no CMEI?

Hierarquize de **1** (ao que **mais** recorre) a **7** (**menos** recorre):

- a) () Diretor
b) () Educadores
c) () Assistentes em órgãos da Secretarias de Educação ou núcleos de educação
d) () Professores
e) () Pedagogo
f) () Internet
g) () Revistas de Educação

11- Há outros meios a que você recorre?

- a) () Sim
b) () Não

Quais? _____

12- Dentro de sua carga horária, de trabalho, quantas horas semanais são dedicadas a atividades fora de sala (formação e estudo, planejamento, produção de recursos didáticos etc.)? O que você costuma fazer nestes momentos?

13- O pedagogo participa destes momentos fora de sala?

- a) () Sempre
b) () Quase Sempre
c) () Quase nunca

d)() Nunca

*Caso sua resposta seja “**(d)Nunca**” pule para a questão 15.

14- Como ele participa?

15- O Pedagogo propõe formação continuada com a equipe de professores e educadores no espaço da instituição de educação infantil?

a)() Sim

b)() Não

*Caso sua resposta seja “**(b)Não**” pule para a questão 19.

16- Com que frequência o pedagogo realiza esses momentos de formação?

a)() Semanal

b)() Quinzenal

c)() Mensal

d)() Bimestral

e)() Semestral

f)() Anual.

g)() Outros: _____

17- Na existência dessas formações, quem é responsável em propor os temas? (É possível assinalar mais que uma opção)

a)() Educadores/professores

b)() Diretor

c)() Pedagogo

d)() Secretaria/Núcleo

e)() Outros: _____

18- Quais as modalidades de formação que lhe são oferecidos no seu local de trabalho? (oficinas, orientações técnicas, grupos de estudo, etc.)?

19- Sobre a rotatividade da função de pedagogo. Nos últimos dois anos quantos profissionais exerceram essa função na instituição que você trabalha? (Indique numericamente esse dado): _____ pedagogo (s)

20- Na sua instituição, o que faz o Pedagogo?

21- Em sua percepção que atividades o pedagogo deveria desempenhar e não o faz?

22- Em seu entendimento, o que impede que o pedagogo faça as atividades que você listou acima?

23- Qual o formato de suas reuniões pedagógicas com o pedagogo?

- a)() Individual
- b)() Grupal
- c)() Ambos
- d)() Não ocorrem

*Caso sua resposta seja a letra “**(d) Não ocorrem**” pule para a questão 28.

24- Qual a periodicidade de suas reuniões pedagógicas com o pedagogo?

- a)() Semanal
- b)() Quinzenal
- c)() Mensal
- d)() Bimestral
- e)() Outro _____

25- Essas reuniões são obrigatórias para os professores e educadores?

- a)() Sim
- b)() Não

26- Essas reuniões pedagógicas ocorrem em que horário?

- a)() No horário de trabalho

b)() Após/antes do expediente

c)() Finais de semana

27- Nos momentos de reuniões quais assuntos são discutidos?

28- Sobre o PPP da sua instituição, o que você poderia dizer? (Como você participa/participou de sua elaboração, como você o utiliza)

29- Quais os problemas que você enfrenta na instituição que o pedagogo poderia auxiliá-lo para tentar resolvê-los?

30- Você gostaria de comentar algo mais sobre seu trabalho articulado com o trabalho do pedagogo? Em que um contribui para o trabalho do outro? Utilize o espaço abaixo:

II- Roteiro entrevista para pedagoga e diretora

1-Idade?

2- Há quanto tempo está atuando nesta Instituição?

3-Qual sua formação inicial e especializações?

4-Possui formação específica para Educação Infantil?

5- Qual é a sua situação trabalhista nesta instituição?

6- Há quanto tempo você atua como pedagogo? Já trabalhou com outras etapas do sistema educacional? Já trabalhou em outras instituições de EI?

7- Como você se tornou Pedagogo deste CMEI/CEI? Há quanto tempo trabalha neste CMEI/CEI?

8- Quais as atividades que você desempenha como pedagogo neste CMEI?

9- Há trabalhos que gostaria de realizar e não o faz? Que trabalhos seriam? A que você atribuiria a impossibilidade de fazer esses trabalhos?

10- Quais as ações que desempenha juntamente com o diretor?

11- Considerando o horário de permanência dos educadores e professores. Você participa deste momento? De que forma? Com que frequência?

12- Com que frequência há reuniões pedagógicas com a equipe de educadores e professores? Que assuntos geralmente são tratados?

13- Com que frequência há reuniões com os funcionários (auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, cozinheiras,)? Que assuntos geralmente são tratados?

14- Com que frequência há reuniões com os pais e responsáveis? Que assuntos geralmente são tratados?

15- Sobre o PPP do CMEI/CEI, você pode nos falar as suas considerações (como foi o processo de elaboração? Quando isso aconteceu? Como os funcionários, professores, educadores, pedagogo e pais se envolveram? Como ele é usado no dia a dia?)

16- Há momentos de formação continuada para os funcionários (administrativos, auxiliar de serviços gerais, professores, educadores) no CMEI/CEI? Quem propõe e efetiva essas formações? Como ocorrem? Sobre o que versam essas formações?

17- A secretaria de educação ou a mantenedora/a direção da sua instituição oportuniza momentos de formação continuada para os pedagogos/você? Com quais objetivos? Como aplica aos professores e educadores?

18- Você se considera satisfeito com sua atuação neste CMEI/CEI? (o que mudaria? Que tipo de apoio acha necessário?)

III- Roteiro de Entrevista para Diretor

1- Idade?

2- Qual a formação inicial e especializações?

3- Possui formação específica para Educação Infantil?

4- Com que frequência há reuniões pedagógicas com a equipe de educadores e professores?

Que assuntos geralmente são tratados? Quem organiza essas reuniões?

5- Sobre o PPP do CMEI/CEI, você pode nos falar as suas considerações (como foi o processo de elaboração? Quando isso aconteceu? Como os funcionários/professores/educadores/pedagogo se envolveram? Como ele é usado no dia a dia?)

6- Existe rotatividade de pedagogos neste CMEI? Como na função de Diretor/a você lida com isso? Que apoio o Núcleo/SME/Mantenedora dão à instituição para resolver essa questão?

7- Neste CMEI/CEI quais as funções e/ou atividades do Pedagogo?

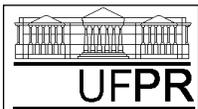
8- Você realiza algumas ações/trabalhos em conjunto com o pedagogo? Quais?

9- Como você vê a articulação entre as funções da direção e do pedagogo? Em que o trabalho de um contribui com o trabalho do outro?

10- Como Diretor/a o que você espera do trabalho do Pedagogo? Há expectativa de que o pedagogo desempenhe algumas atividades que no momento ele não faz?

11- Quais os problemas você enfrenta na função de Diretor/a na instituição que o pedagogo poderia contribuir para encaminhá-los/solucioná-los? Como?

IV-Modelo autorização para pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, preencha e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **FUNÇÕES E AÇÕES DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: O OLHAR DE UM CMEI E UM CEI DA REGIONAL CAJURU**

Pesquisadoras responsáveis: Jaqueline Maas e Juliane Rembis Costa Golinelli

Telefones para contato: 41-9510 8483; 41-9879 3708

Objetivos da pesquisa: O objetivo central deste projeto pretende esclarecer quais são as reais funções desempenhadas pelos pedagogos na Educação Infantil.

Resumo da proposta de pesquisa: Por meio de entrevistas, aplicações de questionários e análise de documentos oficiais e bibliográficos buscar-se-á identificar as funções e ações desempenhadas pelo pedagogo no âmbito da Educação Infantil.

Juliane Rembis Costa Golinelli

Jaqueline Maas

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu (nome) _____, (RG) _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **FUNÇÕES E AÇÕES DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA**, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelas pesquisadoras Jaqueline Maas e Juliane Rembis Costa Golinelli, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou prejuízo/.

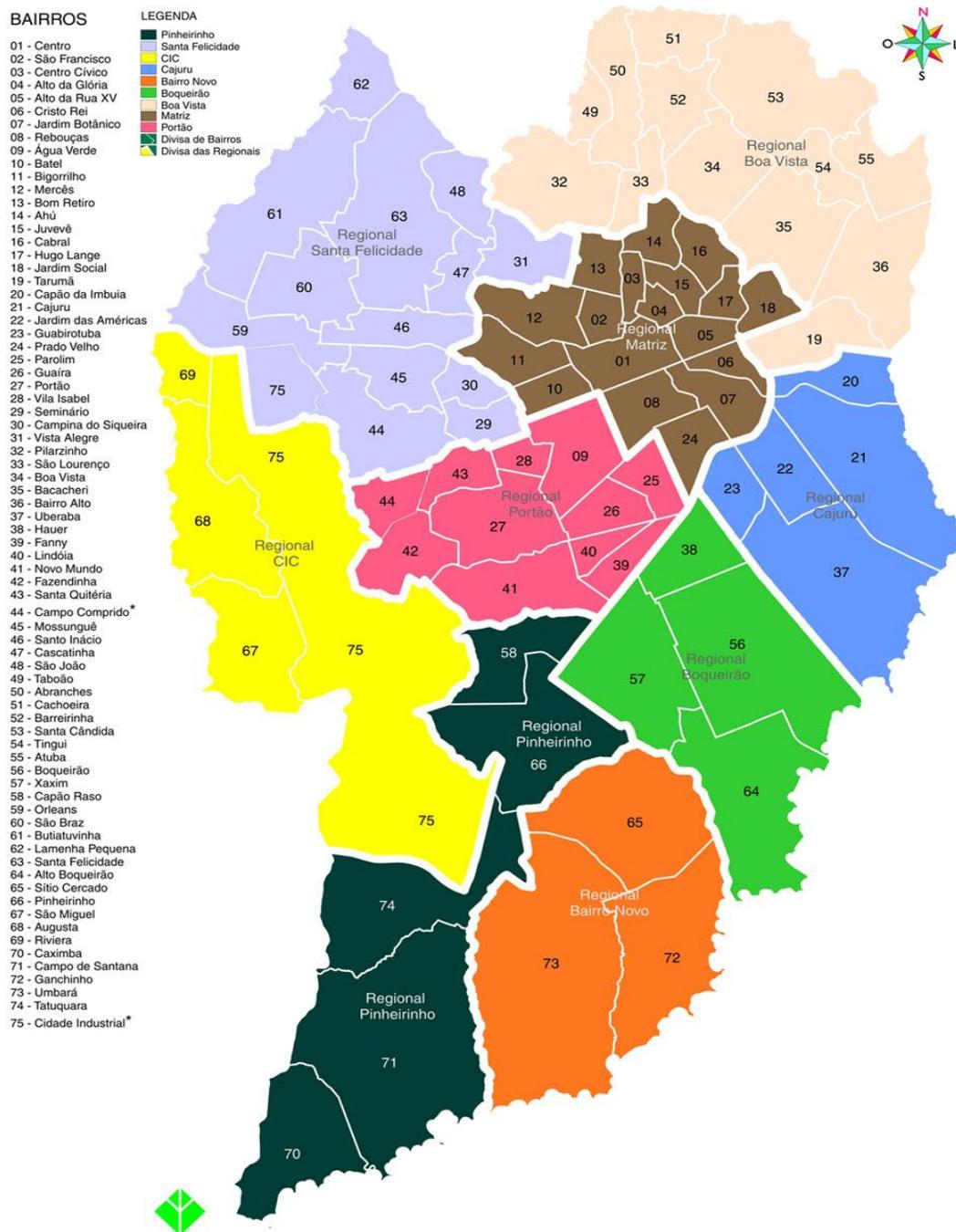
Curitiba, data ____/____/____

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXO

I Mapa das regionais



Disponível em: <<http://www.curitiba-parana.com/geografia-mapas/mapa-regionais.htm>>.
 Acesso em: 27/10/2014.